

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	7
DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	16
DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	118
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	121
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	122

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	31.352.518
Preferenciais	10.367.206
Total	41.719.724
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	1.404.690	1.271.499
1.01	Ativo Circulante	71.308	35.426
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.365	81
1.01.03	Contas a Receber	0	26
1.01.03.01	Clientes	0	26
1.01.06	Tributos a Recuperar	238	158
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	238	158
1.01.07	Despesas Antecipadas	677	319
1.01.07.01	Adiantamento a fornecedores	677	319
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	51.028	34.842
1.01.08.03	Outros	51.028	34.842
1.01.08.03.01	Outros Créditos	10.285	10.287
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	18.082	10.177
1.01.08.03.03	Partes relacionadas	22.141	14.352
1.01.08.03.04	Despesas Antecipadas	520	26
1.02	Ativo Não Circulante	1.333.382	1.236.073
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	103.961	81.999
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	263	6.360
1.02.01.03.01	Titulos Mantidos até o Vencimento	263	6.360
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	101.271	66.654
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	101.271	66.654
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.427	8.985
1.02.01.10.03	Outros Créditos	60	60
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	2.367	8.925
1.02.02	Investimentos	1.193.834	1.071.618
1.02.02.01	Participações Societárias	1.193.834	1.071.618
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.193.834	1.071.618
1.02.03	Imobilizado	35.587	82.456
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.758	4.536
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	15.400	18.151
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	16.429	59.769

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	1.404.690	1.271.499
2.01	Passivo Circulante	1.379.943	1.308.062
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.709	8.124
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.709	8.124
2.01.02	Fornecedores	45.662	46.165
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	45.662	46.165
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.153	7.722
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	382.928	368.662
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	382.928	368.662
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	382.928	368.662
2.01.05	Outras Obrigações	936.491	877.389
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	905.131	848.138
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	905.131	848.138
2.01.05.02	Outros	31.360	29.251
2.01.05.02.04	Arrendamentos a Pagar	5.986	3.877
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	25.374	25.374
2.02	Passivo Não Circulante	1.260.694	1.093.865
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	51.047	0
2.02.01.02	Debêntures	51.047	0
2.02.01.02.01	Debêntures Privadas	51.047	0
2.02.02	Outras Obrigações	512.220	458.552
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	452.126	439.103
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	452.126	439.103
2.02.02.02	Outros	60.094	19.449
2.02.02.02.03	Tributos a Recolher	3.228	3.697
2.02.02.02.04	Arrendamentos a Pagar	13.475	15.752
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	43.391	0
2.02.04	Provisões	697.427	635.313
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	134.397	175.383
2.02.04.02	Outras Provisões	563.030	459.930
2.02.04.02.04	Provisões para Perda sobre Investimento	563.030	459.930
2.03	Patrimônio Líquido	-1.235.947	-1.130.428
2.03.01	Capital Social Realizado	2.919.019	2.919.019
2.03.01.01	Capital Social	2.960.776	2.960.776
2.03.01.02	Gasto na Emissão de Ações	-41.757	-41.757
2.03.02	Reservas de Capital	1	1
2.03.02.07	Reserva de Capital	1	1
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.121.246	-4.016.621
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-33.721	-32.827

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-234	-601	-957	-1.929
3.02.01	Depreciação e Amortização	-234	-601	-957	-1.929
3.03	Resultado Bruto	-234	-601	-957	-1.929
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.138	-43.298	-413.219	-565.790
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.331	-23.976	-21.327	-40.669
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-1.439	-2.901	-1.233	-2.087
3.04.03.01	Depreciações e Amortizações	-1.439	-2.901	-1.233	-2.087
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5	1.531	2.332	2.003
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-10.363	-17.952	-392.991	-525.037
3.04.06.01	Resultado de equivalência Patrimonial	-10.363	-17.952	-392.991	-525.037
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-22.372	-43.899	-414.176	-567.719
3.06	Resultado Financeiro	-29.087	-60.726	-12.363	-41.106
3.06.01	Receitas Financeiras	-1.052	-846	798	899
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.035	-59.880	-13.161	-42.005
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-51.459	-104.625	-426.539	-608.825
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-51.459	-104.625	-426.539	-608.825
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-51.459	-104.625	-426.539	-608.825
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00000	-2,51000	0,00000	-14,59000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00000	-2,51000	0,00000	-14,59000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-51.459	-104.625	-426.539	-608.825
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-894	-894	-10.236	-10.236
4.02.03	Reflexo da perda de valor justo de instrumentos de hedge em controlada em conjunto	-894	-894	-10.236	-10.236
4.03	Resultado Abrangente do Período	-52.353	-105.519	-436.775	-619.061

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-19.770	-21.827
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-16.254	-8.119
6.01.01.01	Resultado do Período	-104.625	-608.825
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	3.502	4.016
6.01.01.03	Juros líquido sobre Partes Relacionadas	44.082	19.961
6.01.01.05	Baixas de Ativo Imobilizado	0	7.668
6.01.01.07	Juros sobre Aplicações Financeiras e Cauções	0	-61
6.01.01.08	Resultado de Equivalência Patrimonial	17.952	525.037
6.01.01.09	Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	11.756	15.874
6.01.01.14	Atualização depósitos judiciais	1.158	0
6.01.01.16	Atualização e Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	8.797	29.142
6.01.01.17	Juros sobre contas a pagar	1.124	-931
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.516	-13.564
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	-80	246
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	-494	0
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Créditos com Fornecedores	-358	-36
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Outras Contas a Receber	2	-10.320
6.01.02.05	(Redução) Aumento em Fornecedores	1.466	-1.936
6.01.02.06	(Redução) Aumento em Impostos e Contribuições Sociais a Recolher	-214	2.642
6.01.02.10	Salários e férias a pagar	-2.872	-3.699
6.01.02.11	Contas a receber de clientes	26	-17
6.01.02.14	Depósitos judiciais	-992	-444
6.01.03	Outros	0	-144
6.01.03.01	Pagamentos de contingências	0	-144
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-35.439	-85.698
6.02.02	Aquisição de Ativo Imobilizado em Serviço	-256	0
6.02.03	Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	-1.070	-1.553
6.02.04	(Aumento) Redução nas aplicações financeiras	6.097	910
6.02.06	Partes Relacionadas	-40.210	-31.523
6.02.07	Aportes de capital em controladas	0	-53.532
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	74.493	107.564
6.03.04	Partes Relacionadas	26.417	109.214
6.03.05	Valores recebidos de empréstimos, financiamentos e debêntures	51.000	0
6.03.09	Pagamento de passivos de arredamentos	-2.924	-1.650
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	19.284	39
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	81	69
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.365	108

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.919.019	1	0	-4.016.621	-32.827	-1.130.428
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.919.019	1	0	-4.016.621	-32.827	-1.130.428
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-104.625	-894	-105.519
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-104.625	0	-104.625
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-894	-894
5.05.02.06	Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	0	0	0	0	-894	-894
5.07	Saldos Finais	2.919.019	1	0	-4.121.246	-33.721	-1.235.947

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.919.019	55.379	0	-3.057.941	-16.413	-99.956
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.919.019	55.379	0	-3.057.941	-16.413	-99.956
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-608.825	-10.236	-619.061
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-608.825	0	-608.825
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.236	-10.236
5.05.02.06	Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	0	0	0	0	-10.236	-10.236
5.07	Saldos Finais	2.919.019	55.379	0	-3.666.766	-26.649	-719.017

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	1.467	1.618
7.01.02	Outras Receitas	1.467	1.618
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-18.944	-33.028
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.944	-35.764
7.02.04	Outros	0	2.736
7.02.04.01	Ganho na alienação de ativos	0	2.736
7.03	Valor Adicionado Bruto	-17.477	-31.410
7.04	Retenções	-3.502	-4.016
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.502	-4.016
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-20.979	-35.426
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-18.741	-524.094
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-17.952	-525.037
7.06.02	Receitas Financeiras	-789	943
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-39.720	-559.520
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-39.720	-559.520
7.08.01	Pessoal	5.299	6.297
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.245	846
7.08.01.02	Benefícios	1.003	919
7.08.01.03	F.G.T.S.	490	362
7.08.01.04	Outros	1.561	4.170
7.08.01.04.01	Honorários da administração	1.561	4.170
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.413	1.147
7.08.02.01	Federais	1.413	1.147
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	58.193	41.861
7.08.03.01	Juros	57.112	34.923
7.08.03.02	Aluguéis	12	-142
7.08.03.03	Outras	1.069	7.080
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-104.625	-608.825
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-104.625	-608.825

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	2.313.611	2.290.042
1.01	Ativo Circulante	56.172	21.188
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	27.960	4.782
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.941	1.277
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	6.941	1.277
1.01.03	Contas a Receber	4.330	3.641
1.01.03.01	Clientes	4.330	3.641
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.301	9.846
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.324	1.261
1.01.07.01	Adiantamentos a fornecedores	883	495
1.01.07.02	Despesas Antecipadas	4.441	766
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	316	381
1.01.08.03	Outros	316	381
1.01.08.03.01	Outros Créditos	316	381
1.02	Ativo Não Circulante	2.257.439	2.268.854
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	21.457	35.593
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	263	6.360
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	263	6.360
1.02.01.07	Tributos Diferidos	628	934
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	20.566	28.299
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	11.700	11.502
1.02.01.10.04	Outros Créditos	4.264	5.665
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	4.602	11.132
1.02.02	Investimentos	561.146	552.526
1.02.02.01	Participações Societárias	561.146	552.526
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	561.146	552.526
1.02.03	Imobilizado	1.674.836	1.680.735
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	145.519	149.055
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	36.528	38.400
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.492.789	1.493.280

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	2.313.611	2.290.042
2.01	Passivo Circulante	3.052.512	2.927.831
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.710	8.125
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.710	8.125
2.01.02	Fornecedores	369.201	345.579
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	369.201	345.579
2.01.03	Obrigações Fiscais	23.652	21.868
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.581.109	1.506.999
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.581.109	1.506.999
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.581.109	1.506.999
2.01.05	Outras Obrigações	1.070.826	1.011.177
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	905.131	848.138
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	905.131	848.138
2.01.05.02	Outros	165.695	163.039
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	109.174	109.927
2.01.05.02.05	Contas a Pagar CCEE/Eletróbrás	50.018	48.815
2.01.05.02.06	Arrendamentos a Pagar	6.503	4.297
2.01.06	Provisões	1.014	34.083
2.01.06.02	Outras Provisões	1.014	34.083
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	1.014	1.014
2.01.06.02.04	Provisão para Contrato Oneroso	0	33.069
2.02	Passivo Não Circulante	497.046	492.639
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	56.560	55.299
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	56.560	55.299
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	56.560	55.299
2.02.02	Outras Obrigações	289.520	242.165
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	177.426	172.684
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	177.426	172.684
2.02.02.02	Outros	112.094	69.481
2.02.02.02.03	Contas a Pagar CCEE/Eletróbrás	18.096	15.539
2.02.02.02.05	Tributos a Recolher	14.428	16.652
2.02.02.02.06	Arrendamentos a Pagar	35.286	36.266
2.02.02.02.07	Outras Contas a Pagar	44.284	1.024
2.02.04	Provisões	150.966	195.175
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	150.966	195.175
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-1.235.947	-1.130.428
2.03.01	Capital Social Realizado	2.919.019	2.919.019
2.03.01.01	Capital Social	2.960.776	2.960.776
2.03.01.02	Gasto na emissão de ações	-41.757	-41.757
2.03.02	Reservas de Capital	1	1
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.121.246	-4.016.621
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-33.721	-32.827

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	11.260	23.592	15.645	76.607
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.514	-7.560	-9.857	-56.639
3.02.01	Depreciação e Amortização	-1.774	-3.667	-2.381	-4.774
3.02.02	Custo de Operação	-1.535	-3.490	-7.336	-51.537
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Distribuição	-205	-403	-140	-328
3.03	Resultado Bruto	7.746	16.032	5.788	19.968
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	17.049	33.681	-352.766	-439.140
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.572	-36.618	-89.943	-114.282
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	-3.646	-259.403	-259.403
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11.339	11.929	-14.175	-96.954
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-1.606	-3.226	-1.267	-2.156
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-9.733	15.155	-12.908	-94.798
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	46.960	62.016	10.755	31.499
3.04.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	46.960	62.016	10.755	31.499
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	24.795	49.713	-346.978	-419.172
3.06	Resultado Financeiro	-75.850	-153.494	-77.631	-185.620
3.06.01	Receitas Financeiras	-882	-560	521	639
3.06.02	Despesas Financeiras	-74.968	-152.934	-78.152	-186.259
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-51.055	-103.781	-424.609	-604.792
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-404	-844	-1.930	-4.033
3.08.01	Corrente	-354	-704	-1.851	-3.821
3.08.02	Diferido	-50	-140	-79	-212
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-51.459	-104.625	-426.539	-608.825
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-51.459	-104.625	-426.539	-608.825
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-51.459	-104.625	-426.539	-608.825
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-51.459	-104.625	-426.539	-608.825
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-894	-894	-10.236	-10.236
4.02.03	Reflexo da perda de valor justo de instrumentos de hedge em controlada em conjunto	-894	-894	-10.236	-10.236
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-52.353	-105.519	-436.775	-619.061
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-52.353	-105.519	-436.775	-619.061

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	10.711	-10.468
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-31.569	-180.678
6.01.01.01	Resultado do Período	-104.625	-608.825
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	6.893	6.930
6.01.01.03	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Imobilizado	3.646	259.403
6.01.01.04	Comissões e Outras Penalidades	941	2.849
6.01.01.05	Baixas de Ativo Imobilizado	416	14.408
6.01.01.06	Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	83.592	92.654
6.01.01.07	Juros sobre Aplicações Financeiras e Cauções	-613	-758
6.01.01.09	Juros (líquido) sobre partes relacionadas	35.353	46.600
6.01.01.10	Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	5.574	29.313
6.01.01.11	Apropriação dos Custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	103	13
6.01.01.12	Impostos Diferidos	306	463
6.01.01.13	Juros sobre contas a pagar	22.895	19.866
6.01.01.14	Multa sobre ressarcimento	7.542	21.919
6.01.01.15	Atualização e provisão (reversão) CCEE/Eletrobras	362	493
6.01.01.16	Resultado de Equivalência Patrimonial	-62.016	-31.499
6.01.01.17	Atualização Depósitos Judiciais	1.131	0
6.01.01.18	Reversão provisão para contrato oneroso	-33.069	-34.507
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	42.280	170.210
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber de Clientes	-689	3.683
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	-1.455	-5.383
6.01.02.03	(Aumento) Redução em depósitos judiciais	-993	-445
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Créditos com Fornecedores	-388	1.539
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Outras Contas a Receber	1.466	435
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	-3.675	0
6.01.02.07	(Redução) Aumento em Fornecedores	5.592	-7.814
6.01.02.08	(Redução) Aumento em Outras Contas	-884	62.867
6.01.02.09	(Redução) Aumento em Impostos a Recolher	27	15.311
6.01.02.10	(Redução) Aumento em Salários e Férias a Pagar	-2.872	-3.699
6.01.02.11	(Redução) Aumento em Contas a Pagar CCEE/Eletrobras	-4.144	-16.860
6.01.02.12	(Redução) Aumento em Partes Relacionadas	0	87.448
6.01.02.14	Pagamento de IR e CS	-819	-1.030
6.01.02.15	Pagamentos de contingências	0	-144
6.01.02.16	Dividendos recebidos	52.502	36.719
6.01.02.17	Pagamentos de Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	-1.388	-2.417
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.523	-4.654
6.02.02	Aquisição de Ativo Imobilizado em Serviço	-257	0
6.02.03	Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	-2.114	-18.185
6.02.05	Aplicações Financeiras	848	13.531
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	13.990	12.301
6.03.03	Pagamentos de Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	-7.877	-22.047
6.03.04	Pagamento de passivos de arrendamento	-4.515	-3.405
6.03.05	Partes relacionadas	26.382	37.753

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	23.178	-2.821
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.782	16.310
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	27.960	13.489

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.919.019	1	0	-4.016.621	-32.827	-1.130.428	0	-1.130.428
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.919.019	1	0	-4.016.621	-32.827	-1.130.428	0	-1.130.428
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-104.625	-894	-105.519	0	-105.519
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-104.625	0	-104.625	0	-104.625
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-894	-894	0	-894
5.05.02.06	Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	0	0	0	0	-894	-894	0	-894
5.07	Saldos Finais	2.919.019	1	0	-4.121.246	-33.721	-1.235.947	0	-1.235.947

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.919.019	55.379	0	-3.057.941	-16.413	-99.956	0	-99.956
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.919.019	55.379	0	-3.057.941	-16.413	-99.956	0	-99.956
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-608.825	-10.236	-619.061	0	-619.061
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-608.825	0	-608.825	0	-608.825
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.236	-10.236	0	-10.236
5.05.02.06	Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	0	0	0	0	-10.236	-10.236	0	-10.236
5.07	Saldos Finais	2.919.019	55.379	0	-3.666.766	-26.649	-719.017	0	-719.017

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	25.952	84.653
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	24.485	83.035
7.01.02	Outras Receitas	1.467	1.618
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.813	-506.323
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.931	-52.108
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.236	-197.548
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-3.646	-256.667
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.139	-421.670
7.04	Retenções	-6.893	-6.930
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.893	-6.930
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-754	-428.600
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	61.521	33.260
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	62.016	31.499
7.06.02	Receitas Financeiras	-495	1.761
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	60.767	-395.340
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	60.767	-395.340
7.08.01	Pessoal	9.681	13.137
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.094	6.070
7.08.01.02	Benefícios	2.028	2.196
7.08.01.03	F.G.T.S.	878	701
7.08.01.04	Outros	3.681	4.170
7.08.01.04.01	Honorários da administração	3.681	4.170
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.216	13.817
7.08.02.01	Federais	4.216	13.817
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	151.495	186.531
7.08.03.01	Juros	147.800	169.343
7.08.03.02	Aluguéis	264	296
7.08.03.03	Outras	3.431	16.892
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-104.625	-608.825
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-104.625	-608.825



RELEASE DE RESULTADOS 2T20

São Paulo, 28 de agosto de 2020.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PERÍODO

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	2T20	2T19	Variação	1S20	1S19	Variação
Receita operacional líquida (ROL)	11.260	15.645	-28,03%	23.592	76.607	-69,20%
Prejuízo líquido	(51.459)	(426.539)	-87,94%	(104.625)	(608.825)	-82,82%
EBITDA	37.250	(334.254)	-111,14%	74.757	(394.091)	n.a
EBITDA Ajustado	(9.710)	(85.606)	-88,66%	16.387	(166.187)	n.a

ÍNDICE

Demonstração de Resultados.....	02
Fluxo de Caixa.....	08
Análise do Balanço Patrimonial.....	09
Desempenho da RNEW11 na BM&FBOVESPA.....	11
Estrutura Acionária.....	13
Glossário.....	13

TELECONFERÊNCIA DE RESULTADOS

02 de setembro de 2020

16h00 (BRT) e 17h00 (EDT)

Slides da apresentação e áudio
estarão disponíveis em:
<http://ri.renovaenergia.com.br>

DADOS DE MERCADO EM 30/06/2020

RNEW11 = R\$9,45/Unit

VALOR DE MERCADO

RNEW11 = R\$ 131,4 milhões

CONTATO

ri@renovaenergia.com.br

+55 (11) 3509-1143



1. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	2T20	2T19	Variação	1S20	1S19	Variação
Receita operacional bruta	11.686	16.592	-29,6%	24.485	83.035	-70,5%
(-) Impostos - Pis, Cofins e ICMS	(426)	(947)	-55,0%	(893)	(6.428)	-86,1%
Receita operacional líquida (ROL)	11.260	15.645	-28,0%	23.592	76.607	-69,2%
Custos não gerenciáveis	(205)	(140)	46,4%	(403)	(328)	22,9%
Custos gerenciáveis	(1.535)	(7.336)	-79,1%	(3.490)	(51.537)	-93,2%
Depreciação	(1.774)	(2.381)	-25,5%	(3.667)	(4.774)	-23,2%
Lucro bruto	7.746	5.788	33,8%	16.032	19.968	-19,7%
Despesas administrativas	(28.305)	(102.851)	-72,5%	(21.463)	(209.080)	-89,7%
Depreciação administrativa	(1.606)	(1.267)	26,8%	(3.226)	(2.156)	49,6%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(259.403)	n.a	(3.646)	(259.403)	-98,6%
Receitas/Despesas Financeiras	(75.850)	(77.631)	-2,3%	(153.494)	(185.620)	-17,3%
Resultado de equivalência patrimonial	56.035	19.831	182,6%	80.167	49.650	61,5%
Amortização da mais valia	(9.075)	(9.076)	0,0%	(18.151)	(18.151)	n.a
IR e CS	(404)	(1.930)	-79,1%	(844)	(4.033)	-79,1%
Prejuízo	(51.459)	(426.539)	-87,9%	(104.625)	(608.825)	-82,8%

A Companhia apresentou uma redução do prejuízo no 2T20 em comparação com o 2T19 de 87,9% devido principalmente a: (i) redução dos custos gerenciáveis, (ii) reversão de provisão das despesas administrativas, (iii) aumento do resultado de equivalência patrimonial, e (iv) ao *impairment* registrado no 2T19.

1.1. Receita operacional líquida consolidada

No segundo trimestre de 2020, a Receita Operacional Líquida foi de R\$ 11,2 milhões, enquanto no acumulado do ano a mesma foi de aproximadamente R\$ 23,6 milhões.

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	2T20	2T19	Variação	1S20	1S19	Variação
Receita líquida – PCHs	11.260	10.009	12,5%	23.592	21.553	9,5%
Receita líquida - Comercialização de energia	-	5.636	-100%	-	55.054	-100%
Receita operacional líquida (ROL)	11.260	15.645	-28,0%	23.592	76.607	-69,2%

A redução de 69,2% na receita líquida do acumulado do ano de 2020 é decorrente da suspensão dos contratos Light I e Cemig I.



1.2. Custos consolidados

Os custos de produção de energia incluem custos gerenciáveis e não gerenciáveis.

Custos não gerenciáveis: (i) tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba (concessionária na qual as PCHs da ESPRA se conectam), e tarifa do uso do sistema de transmissão (TUST), referente ao sistema de transmissão; (ii) taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL.

No 2T20 os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 205 mil, apresentando um aumento de 46,4%. Em relação ao primeiro semestre de 2020, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 403 mil.

Custos gerenciáveis: (i) atividades de operação e manutenção dos parques eólicos e PCHs, e (ii) compra de energia.

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	2T20	2T19	Variação	1S20	1S19	Variação
Serviços de Terceiros	779	862	-9,6%	1.795	1.490	20,5%
Seguros	51	53	-3,8%	102	106	-3,8%
Material de Uso e Consumo	172	420	-59,0%	521	518	0,6%
Energia para revenda	-	5.474	-100,0%	-	48.247	-100,0%
Repactuação do risco hidrológico	533	462	15,4%	1.065	1.016	4,8%
Outras	-	65	-100,0%	7	160	-95,6%
Total (*)	1.535	7.336	-79,1%	3.490	51.537	-93,2%

No 2T20, os custos gerenciáveis somaram R\$ 1,5 milhões, redução de 79,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em função da compra de energia para revenda, custo não recorrente no segundo trimestre de 2020 devido à suspensão dos contratos Light I e Cemig I.

1.3. Despesas consolidadas

As despesas registradas no segundo trimestre de 2020 totalizaram aproximadamente R\$28,3 milhões, apresentando uma redução de R\$ 333,9 milhões em relação ao segundo trimestre de 2019. Considerando apenas o SG&A, houve um aumento de R\$ 1,6 milhões em relação ao primeiro trimestre de 2019.



Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	2T20	2T19	Variação	1S20	1S19	Variação
Pessoal e Administração	3.152	6.087	-48,2%	10.479	13.792	-24,0%
Serviços de Terceiros	6.346	3.214	97,4%	12.869	3.435	274,6%
Aluguéis e arrendamentos	114	(172)	n.a	264	240	10,0%
Viagens	118	721	-83,6%	323	1.615	-80,0%
Seguros	3.093	1.034	199,1%	3.926	2.689	46,0%
Telefonia e TI	526	769	-31,6%	887	1.245	-28,8%
Material de uso e consumo	83	152	-45,4%	344	307	12,1%
Subtotal SG&A	13.432	11.805	13,8%	29.092	23.323	24,7%
Contingências cíveis e trabalhistas	3.963	16.141	-75,4%	6.092	28.620	-78,7%
Licenças e estudos ambientais	69	1.019	-93,2%	495	2.263	-78,1%
Taxas regulatórias	5.902	6.006	-1,7%	11.433	12.220	-6,4%
Perda na desativação de bens e direitos	-	6.740	-100,0%	-	6.740	-100,0%
Contrato oneroso	-	(22.595)	-100,0%	(33.069)	(34.507)	-4,2%
Multa sobre ressarcimento	3.771	5.666	-33,4%	7.542	21.919	-65,6%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	259.403	-100,0%	3.646	259.403	-98,6%
Provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/confins	(2)	(351)	-99,4%	(5)	(1.384)	-99,6%
Penalidades contratuais e regulatórias	-	61.081	-100,0%	-	61.081	-100,0%
Indenizações contratuais	-	16.588	-100,0%	-	87.449	-100,0%
Outras	1.170	751	55,8%	(117)	1.356	-108,6%
Total	28.305	362.254	-92,2%	25.109	468.483	-94,6%

As principais variações nas despesas apresentadas no quadro acima devem-se a:

- **Pessoal e Administração:** a redução no segundo trimestre de 2020 refere-se a reversão da provisão do PPR de 2019.
- **Serviços de terceiros:** a Companhia registra nessa rubrica gastos com consultoria, auditoria, advogados, publicação de balanços e limpeza e segurança dos parques eólicos. No 2T20 a Companhia registrou um aumento de R\$2,2 milhões nos gastos com assessoria, consultoria e advogados relacionados, principalmente, com a recuperação judicial, no acumulado do semestre esse montante chegou a R\$ 4,4 milhões. Além disso, em março de 2019 foi registrada uma reversão no montante de R\$ 4,8 milhões referente a provisões para as quais não havia expectativa de realização, impactando o resultado no 1S19.
- **Contingências cíveis e trabalhistas:** a redução no segundo trimestre de 2020 refere-se substancialmente ao valor menor das causas reconhecidas no período.
- **Perdas na desativação de bens e direitos:** despesa não recorrente no 2T20, o valor registrado em 2019 refere-se a baixa de um aerogerador do Complexo Eólico Alto Sertão III.



- **Contrato oneroso:** no primeiro trimestre de 2020 a Companhia reverteu o montante acumulado de R\$33 milhões, em razão da revisão dos efeitos dos contratos onerosos face aos preços de compra de energia atualmente praticados no mercado.
- **Multa sobre ressarcimento:** no acumulado do semestre de 2019 a Companhia ajustou o valor da multa quadrienal devido pelos parques do LER 2013, evento que não se repetiu em 2020.
- **Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado:** No acumulado do semestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia reconheceu uma perda no valor recuperável do ativo imobilizado do Alto Sertão III, no montante de R\$3,6 milhões. A taxa de desconto real (calculada através do custo médio ponderado de capital -WACC) usada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos foi de 8,89% ao ano.
- **Penalidade regulatórias:** O valor apresentado em 2019 é referente a provisão da penalidade aplicada pela ANEEL pelo cancelamento das outorgas da Fase B do Alto Sertão III.
- **Indenizações contratuais:** a Companhia reconheceu ressarcimento a ser pago em função da suspensão e cessão dos contratos de compra e venda de energia elétrica.

1.4. Resultado financeiro consolidado

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	2T20	2T19	Variação	1S20	1S19	Variação
Receitas Financeiras	(882)	521	-269,3%	(560)	639	-187,6%
Rendimentos Aplicações Financeiras	376	281	33,8%	613	758	-19,1%
Outras Receitas Financeiras	(1.258)	240	-624,2%	(1.173)	(119)	885,7%
Despesas Financeiras	(74.968)	(78.152)	-4,1%	(152.934)	(186.259)	-17,9%
Encargos de Dívida	(42.633)	(31.824)	34,0%	(83.592)	(92.654)	-9,8%
Juros Partes Relacionadas	(16.833)	(25.135)	-33,0%	(35.353)	(46.600)	-24,1%
Outras Despesas Financeiras	(15.502)	(21.193)	-26,9%	(33.989)	(47.005)	-27,7%
Resultado Financeiro	(75.850)	(77.631)	-2,3%	(153.494)	(185.620)	-17,3%

As **receitas financeiras** foram negativas em R\$ 882 mil reais no segundo trimestre de 2020 devido a um ajuste na atualização do saldo de depósito judicial.

As **despesas financeiras** reduziram R\$ 3,2 milhões em relação ao segundo trimestre de 2019.

O **resultado financeiro** líquido da Companhia no segundo trimestre de 2020 foi negativo em R\$ 75,8 milhões, uma redução de 2,3% em relação ao mesmo período do ano anterior devido principalmente a redução das despesas financeiras.



1.5. Brasil PCH

No segundo trimestre de 2020, a receita líquida consolidada da Brasil PCH totalizou 155,2 milhões, aumento de 53,2% comparado ao mesmo período de 2019.

Brasil PCH (100%)						
(Valores em R\$ mil)	2T20	2T19	Variação	1S20	1S19	Variação
Receita Líquida	155.284	101.341	53,2%	267.742	205.338	30,4%
Custo com depreciações	(9.199)	(9.089)	1,2%	(18.502)	(18.022)	2,7%
Outros custos	(14.955)	(14.493)	3,2%	(28.816)	(26.976)	6,8%
Despesas gerais e administrativas	(3.259)	(3.246)	0,4%	(7.837)	(6.503)	20,5%
Reversão de perda com contrato oneroso	(4.232)	(4.181)	1,2%	(7.397)	4.766	-255,2%
Resultado financeiro	(8.775)	(27.950)	-68,6%	(39.428)	(54.046)	-27,0%
IR e CSLL	(4.989)	(3.500)	42,5%	(8.569)	(7.204)	18,9%
Lucro líquido	109.875	38.882	182,6%	157.193	97.353	61,5%

O resultado financeiro líquido da Brasil PCH no 2T20 foi negativo em R\$ 8,7 milhões, apresentando um aumento de 68,6% em relação ao 2T19. Em relação ao acumulado do ano, o resultado teve uma redução de 27%.

O resultado do semestre findo em 30 de junho de 2020 foi impactado substancialmente pelo: (i) aumento da receita líquida em consequência, principalmente, do efeito líquido da reversão da provisão de Garantia Física, no valor R\$43,5 milhões; (ii) aumento no total da exposição acumulada no contrato oneroso para o período de junho de 2020 a dezembro de 2021, em função da redução do preço de mercado e pelo decréscimo da Selic média para o período; e (iii) redução do resultado financeiro negativo em função da redução do IPCA nos juros relacionados as debêntures.

A Renova, por meio da Chipley, reconhece 51% do resultado da Brasil PCH, conforme demonstrado no quadro abaixo e refletido no resultado da Renova no período.

Renova (51% Brasil PCH)	2T20	1S20
Equivalência patrimonial	56.036	80.168
Amortização da mais valia	(9.075)	(18.151)
Resultado	46.961	62.017

1.6. Imposto de renda, contribuição social e resultado líquido

As receitas de geração de energia da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.



No segundo trimestre de 2020, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram R\$ 404 mil, em comparação a R\$ 1,9 milhões no mesmo período do ano anterior. Ao final do primeiro semestre de 2020, esse valor chegou em R\$ 844 mil, uma redução de 79,1% em comparação ao mesmo período de 2019.

A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 51,5 milhões, ante ao prejuízo de R\$ 426,5 milhões (melhora de 87,9%) do segundo trimestre de 2019.

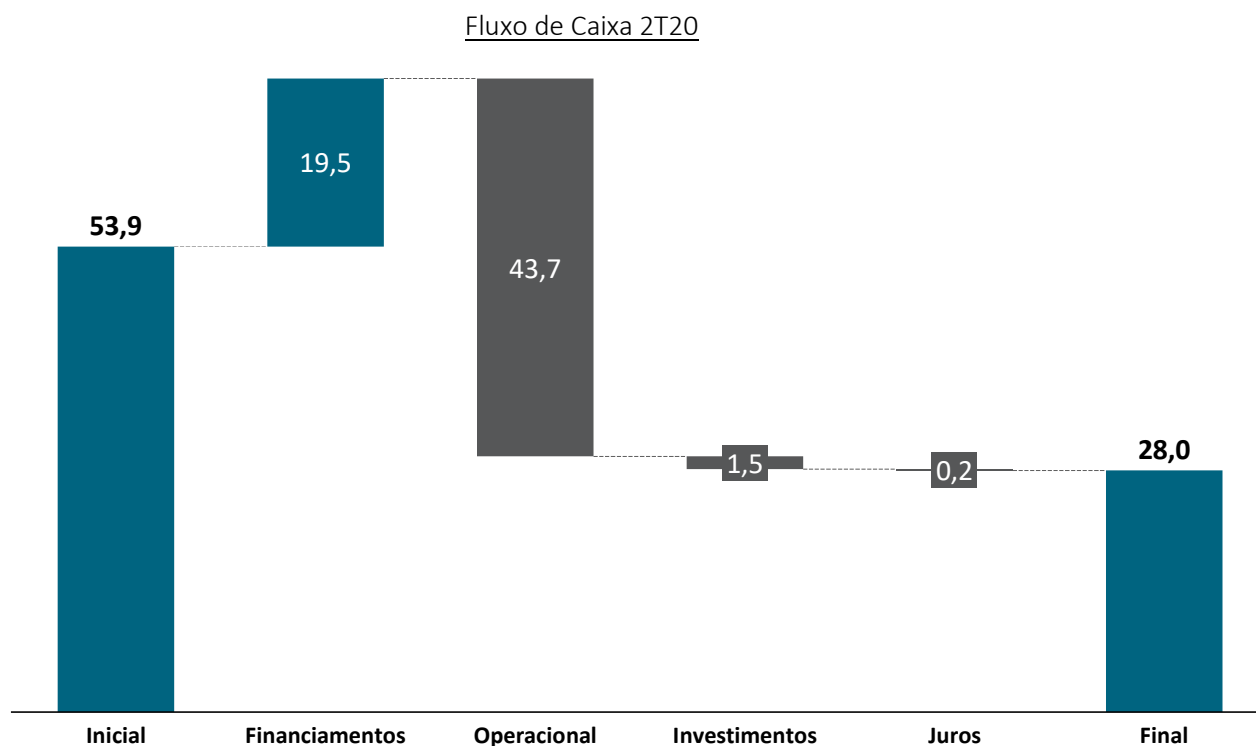
1.7. EBITDA

Renova Energia S.A.						
(Valores em R\$ mil)	2T20	2T19	Variação	1S20	1S19	Variação
Receita operacional líquida (ROL)	11.260	15.645	-28,0%	23.592	76.607	-69,2%
Prejuízo do período	(51.459)	(426.539)	-87,9%	(104.625)	(608.825)	-89,9%
(+) IR e CS	404	1.930	-79,1%	844	4.033	-79,1%
(+) Depreciação e amortização	12.455	12.724	-2,1%	25.044	25.081	-0,1%
(+) Despesas Financeiras	74.968	78.152	-4,1%	152.934	186.259	-17,9%
(-) Receitas Financeiras	882	(521)	n.a	560	(639)	n.a
EBITDA	37.250	(334.254)	-111,1%	74.757	(394.091)	n.a
(+) Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	259.403	-100,0%	3.646	259.403	-98,6%
(+) Equivalência patrimonial	(56.035)	(19.831)	-76,0%	(80.167)	(49.650)	61,5%
(+) Outras Despesas/Receitas	9.075	9.076	0,0%	18.151	18.151	n.a
EBITDA ajustado	(9.710)	(85.606)	-88,7%	16.387	(166.187)	n.a

No segundo trimestre de 2020, o EBITDA da Companhia foi de R\$ 37,2 milhões, e o EBITDA ajustado foi negativo em R\$ 9,7 milhões, aumento de R\$75,8 milhões. No acumulado do ano o EBITDA foi de R\$74,7 milhões, enquanto o ajustado foi negativado em R\$ 16,3 milhões.

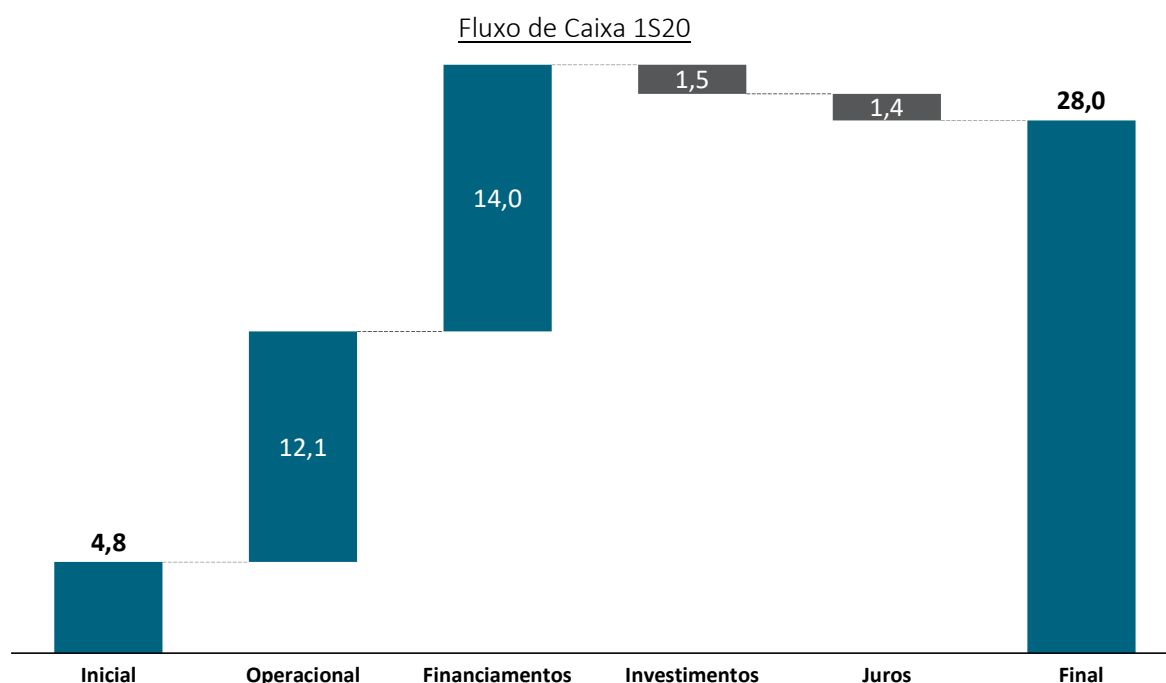


2. FLUXO DE CAIXA



No segundo trimestre de 2020, o caixa da Renova apresentou um aumento de R\$ 25,9 milhões em relação à posição de 31 de março de 2020. As variações são decorrentes de:

- **Operacional (-):** aplicação de caixa nas atividades operacionais de R\$ 43,7 milhões, líquidos do pagamento de juros.
- **Pagamento de juros (-):** sobre empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 200 mil.
- **Financiamentos (-):** redução de R\$ 6,9 milhões referentes à amortização de empréstimos e financiamentos, compensados por R\$ 26,3 milhões recebimentos de partes relacionadas.
- **Investimentos (-):** redução de R\$ 1,5 milhões referentes a aplicações financeiras.



No primeiro semestre de 2020, o caixa da Renova apresentou um aumento de R\$ 23,1 milhões em relação à posição de 1 de janeiro de 2020. As variações são decorrentes de:

- **Operacional (+):** aumento de caixa nas atividades operacionais de R\$ 12,1 milhões, líquidos do pagamento de juros.
- **Pagamento de juros (-)** sobre empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 1,4 milhões.
- **Financiamentos (-):** redução de R\$ 12,4 milhões referentes à amortização de empréstimos e financiamentos, compensados por recebimentos de partes relacionadas.
- **Investimentos (-):** consumo de R\$ 1,5 milhões referentes a aplicações financeiras.



3. ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial							
Valores em R\$ mil							
Ativo Consolidado				Passivo Consolidado			
	30/06/2020	31/03/2020 ¹	31/12/2019 ¹		30/06/2020	31/03/2020 ¹	31/12/2019 ¹
Circulante	56.172	76.833	21.188	Circulante	3.052.512	2.993.553	2.927.831
Caixa	27.960	53.887	4.782	Empréstimos e Financiamentos	1.581.109	1.547.982	1.506.999
Aplicações financeiras	6.941	15	1.277	Fornecedores	369.201	357.471	345.579
Clientes	4.330	4.931	3.641	Partes Relacionadas	905.131	893.094	848.138
Outros	16.941	18.000	11.488	Outros	197.071	195.006	227.115
Não Circulante	2.257.439	2.226.985	2.268.854	Não Circulante	497.046	493.859	492.639
Aplicações financeiras	263	6.360	6.360	Empréstimos e Financiamentos	56.560	53.052	55.299
Cauções e Depósitos	11.700	11.616	11.502	Partes Relacionadas	177.426	172.684	172.684
Outros	9.494	17.667	17.731	Outros	263.060	268.123	264.656
Investimentos	561.146	515.080	552.526	Patrimônio Líquido Negativo	(1.235.947)	(1.183.594)	(1.130.428)
Imobilizado	1.674.836	1.676.262	1.680.735	Capital Social	2.919.019	2.919.019	2.919.019
				Reserva de Capital	1	1	1
				Ajuste de avaliação patrimonial	(33.721)	(32.827)	(32.827)
				Prejuízos Acumulados	(4.121.246)	(4.069.787)	(4.016.621)
Ativo Total	2.313.611	2.303.818	2.290.042	Passivo Total	2.313.611	2.303.818	2.290.042

¹ saldos reapresentados pela Companhia.

3.1. Ativo

Em 30 de junho de 2020, o valor de disponibilidades (caixa + aplicações financeiras) era de R\$ 34,9 milhões, apresentando uma redução de R\$ 19 milhões em relação ao saldo de 31 de março de 2020.

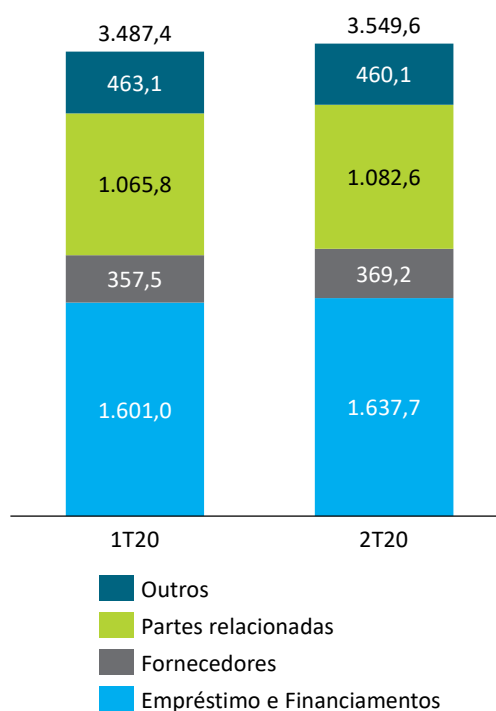
3.2. Passivo

O passivo apresentou um aumento de 0,5% no 2T20 chegando a R\$ 3,5 bilhões.

De acordo com a sua política contábil e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou seu passivo provisionando os juros e encargos com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Esses valores serão revisados e atualizados quando da aprovação do Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia Geral de Credores.



Evolução Passivo Total – R\$ milhões



Contrato	Taxa	R\$ mil
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica	TJ6 + 8,15% a.a.	520.608
Banco Bradesco	100% CDI + 2,5% a 12,68% a.a.	367.145
Citibank	155%CDI a 12,68% a.a.	285.941
BTG Pactual	155%CDI	182.660
Banco Itaú	100% CDI + 2,5% a 12,68% a.a.	137.322
Banco ABC	12,68% a.a.	53.042
BNB ¹ – ESPRA	9,5% a.a.	62.632
Banco Modal	100% CDI + 6% a.a.	25.564
Banco Safra	INPC	2.755
Total do endividamento		1.637.669
Disponibilidades ²		(46.864)
Dívida líquida		1.590.805

¹O financiamento possui taxa de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência).

²Considera caixa e equivalentes de caixa + aplicações financeiras.



Em setembro de 2019, foi incorporado ao saldo devedor do financiamento, o montante de R\$28,0 milhões decorrente de inadimplementos não financeiros e penalidades. Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568,1 milhões, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento.

Ademais, em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento, FINEP, Citibank, BTG, Bradesco e Itaú decretaram vencimento antecipado, e as consequências estão relacionadas a seguir:

- a) FINEP: dívida liquidada em 21 de janeiro de 2020 pelo Banco Safra, garantidor da transação, que se sub-rogou no crédito.
- b) Citibank e BTG: toda a parcela da dívida foi reclassificada para o passivo circulante.
- c) Bancos Itaú e Bradesco: a Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15,8 milhões restando um saldo a pagar de R\$9,1 milhões.

Em 28 de abril de 2020, a controlada indireta Espra repactuou o contrato de financiamento com o BNB, segundo Resolução 4,8 milhões, de 6 de abril de 2020, do Conselho Monetário do Brasil, suspendendo as parcelas com vencimento de abril a dezembro de 2020 e redistribuindo-as entre as demais parcelas de principal, mantendo-se o prazo final do contrato original. Durante esse período, os encargos serão capitalizados, voltando a ser exigidos juntamente com as novas parcelas de principal.

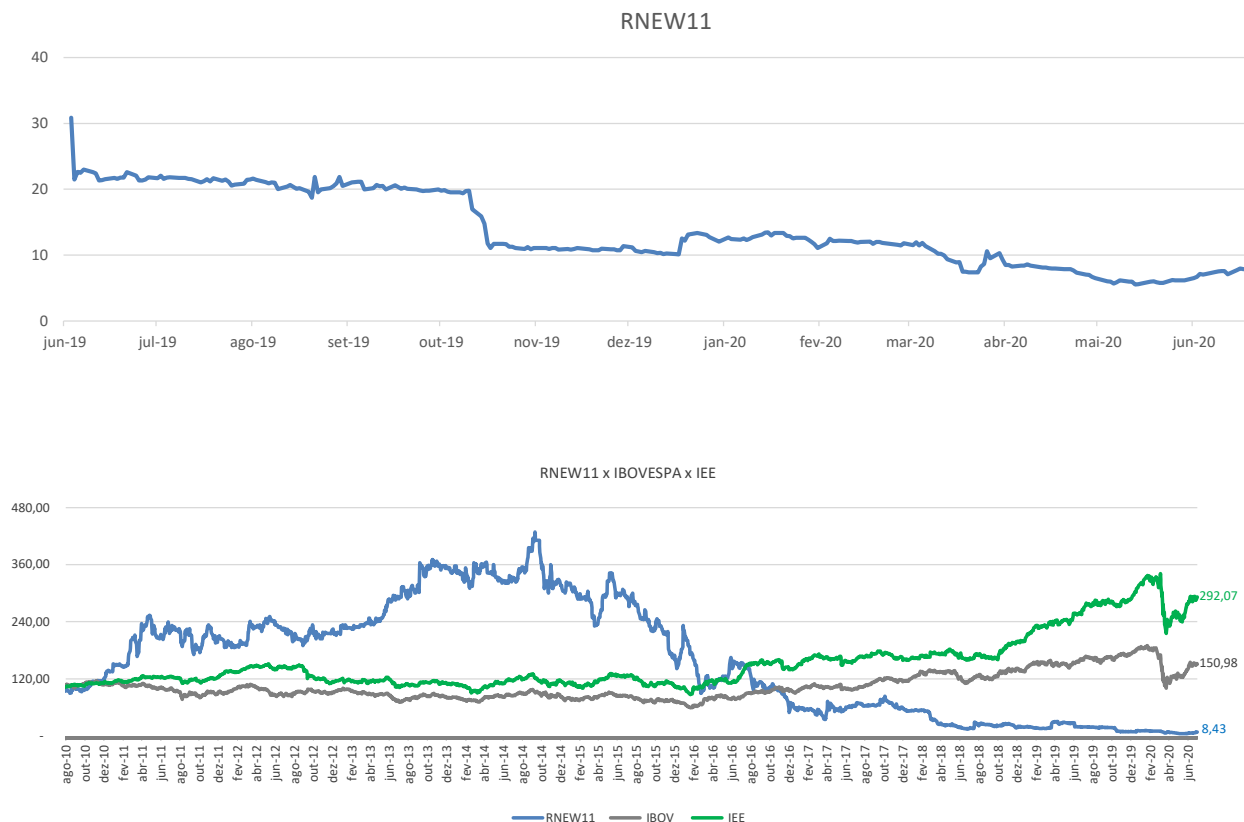
3.3. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o trimestre em aproximadamente R\$ 1,2 bilhões negativos e a variação negativa de R\$8,9 milhões em relação ao 1T20.

4. DESEMPENHO DA RNEW11 NA BM&FBOVESPA



Segue o desempenho relativo aos últimos 12 meses da RNEW11 em comparação com o Índice Bovespa e Índice de Energia Elétrica.



Com as ferramentas do website da Companhia e do relacionamento constante com acionistas e potenciais investidores em eventos públicos e eventos organizados por bancos de investimento, a área de Relação com Investidores da Renova busca atuar de maneira transparente junto ao mercado, atualizando seus investidores do seu posicionamento, seus projetos em desenvolvimento e perspectivas.

As informações e publicações da Companhia podem ser acessadas no website da Companhia (www.renovaenergia.com.br), no qual também ganham destaque as principais notícias do setor que possam impactar o plano de negócios da Companhia.



5. ESTRUTURA ACIONÁRIA

Em 30 de junho de 2020, o capital social da Renova estava dividido da seguinte maneira:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	26.328.648	83,9762%	1	0,0000%	26.328.649	63,1084%
RICARDO LOPES DELNERI	1.642.183	5,2378%	-	0,0000%	1.642.183	3,9362%
RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO	884.252	2,8204%	-	0,0000%	884.252	2,1195%
CG II FUNDO DE INVESTIMENTO	8.686.842	27,7070%	-	0,0000%	8.686.842	20,8219%
Cemig GT	15.115.371	48,2110%	1	0,0000%	15.115.372	36,2308%
Outros Acionistas	5.023.870	16,0238%	10.367.205	100,0000%	15.391.075	36,8916%
CG II FUNDO DE INVESTIMENTO	27.359	0,0873%	406.795	3,9239%	434.154	1,0406%
RICARDO LOPES DELNERI	170	0,0005%	317	0,0031%	487	0,0012%
RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO ¹	36.162	0,1153%	-	0,0000%	36.162	0,0867%
RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO	293.578	0,9364%	659.450	6,3609%	953.028	2,2844%
BNDESPAR	696.683	2,2221%	1.393.366	13,4401%	2.090.049	5,0097%
InfraBrasil	1.165.148	3,7163%	2.330.295	22,4776%	3.495.443	8,3784%
FIP Caixa Ambiental	547.030	1,7448%	1.094.059	10,5531%	1.641.089	3,9336%
Outros	2.257.740	7,2011%	4.482.923	43,2414%	6.740.663	16,1570%
Total	31.352.518	100,0000%	10.367.206	100,0000%	41.719.724	100,0000%

¹Ação bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

Para cálculo do *market cap* deve-se considerar o total de ações da Renova, dividir o valor por 3 (devido a negociação em *Units*, composta por uma ação ordinária e duas ações preferenciais) e multiplicar pela cotação do valor mobiliário RNEW11 na data desejada.



6. GLOSSÁRIO

Alto Sertão III ("AS III") - 44 parques eólicos da Renova em fase de implantação, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2013 e no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 736,8 MW

Alto Sertão III Fase A – 24 parques eólicos da Renova, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2013 e no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 411,0 MW.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

ESPRA – Energética Serra da Prata S.A., controlada indireta da Renova e composta pelas 3 PCHs da Companhia

LER - Leilão de Energia de Reserva

Mercado Livre - Ambiente de contratação de energia elétrica onde os preços praticados são negociados livremente entre o consumidor e o agente de geração ou de comercialização

Mercado Regulado - Ambiente de contratação de energia elétrica onde as tarifas praticadas são reguladas pela ANEEL

PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas

PPR – Programa de Participação de Resultados

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 381/03, divulgamos que no exercício findo em 30 de junho de 2020 os auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes ("BDO") que prestam serviço para a Companhia e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.



Informações Contábeis Intermediárias consolidadas e individuais

Em 30 de junho de 2020

ÍNDICE

(Página)

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado.....	10

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações gerais.....	11
2. Principais políticas contábeis.....	18
3. Das autorizações vigentes.....	22
4. Comercialização de energia.....	24
5. Segmentos operacionais	24
6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	26
7. Contas a receber de clientes.....	26
8. Tributos a recuperar	27
9. Cauções e depósitos vinculados	27
10. Investimentos.....	28
11. Ativo imobilizado.....	36
12. Direito de uso – Arrendamentos.....	46
13. Fornecedores.....	48
14. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas	49
15. Tributos a recolher.....	55
16. Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás (consolidado)	56
17. Outras contas a pagar.....	57
18. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (controladora e consolidado).....	58
19. Provisão para contrato oneroso.....	60
20. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas.....	60
21. Receita líquida	62
22. Custos e despesas (receitas).....	63
23. Resultado financeiro	64
24. Imposto de renda e contribuição social	65
25. Transações com partes relacionadas.....	66
26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	74
27. Prejuízo por ação	81
28. Cobertura de Seguros.....	82
29. Transações não envolvendo caixa	83
30. Evento subsequente	83

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2020

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVOS	Nota explicativa	Consolidado			Controladora		
		30/06/2020	31/12/2019	01/01/2019	30/06/2020	31/12/2019	01/01/2019
			(reapresentado)	(reapresentado)		(reapresentado)	(reapresentado)
CIRCULANTES							
Caixa e equivalentes de caixa	6	27.960	4.782	14.929	19.365	81	69
Aplicações financeiras	6	6.941	1.277	13.778	-	-	-
Contas a receber de clientes	7	4.330	3.641	8.210	-	26	18
Tributos a recuperar	8	11.301	9.846	4.482	238	158	458
Partes relacionadas	25	-	-	-	22.141	14.352	1.217
Dividendos a receber	10.4	-	-	9.180	18.082	10.177	10.177
Adiantamentos a fornecedores		883	495	2.491	677	319	766
Despesas antecipadas		4.441	766	-	520	26	-
Outros créditos	11.8	316	381	869	10.285	10.287	366
		56.172	21.188	53.939	71.308	35.426	13.071
Ativos classificados como mantidos para venda		-	-	1.683.768	-	-	281.712
Total dos ativos circulantes		56.172	21.188	1.737.707	71.308	35.426	294.783
NÃO CIRCULANTES							
Aplicações financeiras	6	263	6.360	7.864	263	6.360	7.864
Cauções e depósitos vinculados	9	11.700	11.502	10.866	-	-	-
Tributos diferidos		628	934	1.773	-	-	-
Depósitos judiciais	18	4.602	11.132	20.818	2.367	8.925	20.818
Partes relacionadas	25	-	-	-	101.271	66.654	3
Outros créditos		4.264	5.665	6.214	60	60	60
Investimentos	10	561.146	552.526	580.280	1.193.834	1.071.618	1.118.207
Imobilizado	11	1.674.836	1.680.735	239.396	35.587	82.456	58.500
Total dos ativos não circulantes		2.257.439	2.268.854	867.211	1.333.382	1.236.073	1.205.452
TOTAL DOS ATIVOS		2.313.611	2.290.042	2.604.918	1.404.690	1.271.499	1.500.235

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2020

Valores expressos em milhares de Reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	Nota explicativa	Consolidado			Controladora		
		30/06/2020	31/12/2019 (reapresentado)	01/01/2019 (reapresentado)	30/06/2020	31/12/2019 (reapresentado)	01/01/2019 (reapresentado)
CIRCULANTES							
Fornecedores	13	369.201	345.579	48.531	45.662	46.165	44.673
Empréstimos e financiamentos	14	1.581.109	1.506.999	348.669	382.928	368.662	341.568
Tributos a recolher	15	23.652	21.868	5.373	8.153	7.722	3.658
Salários, encargos e férias a pagar		6.710	8.125	8.625	6.709	8.124	8.625
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	16	50.018	48.815	13.114	-	-	-
Arrendamentos a pagar	12	6.503	4.297	-	5.986	3.877	-
Outras contas a pagar	17	109.174	109.927	151.136	25.374	25.374	-
Partes relacionadas	25	905.131	848.138	283.472	905.131	848.138	-
Provisão para contrato oneroso	19	-	33.069	37.022	-	-	-
Provisão para custos socioambientais		1.014	1.014	1.014	-	-	-
		3.052.512	2.927.831	896.956	1.379.943	1.308.062	398.524
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda		-	-	1.298.415	-	-	43.000
Total dos passivos circulantes		3.052.512	2.927.831	2.195.371	1.379.943	1.308.062	441.524
NÃO CIRCULANTES							
Empréstimos e financiamentos	14	56.560	55.299	63.587	-	-	-
Debêntures privadas	14	-	-	-	51.047	-	-
Tributos a recolher	15	14.428	16.652	-	3.228	3.697	-
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	16	18.096	15.539	20.664	-	-	-
Arrendamentos a pagar	12	35.286	36.266	-	13.475	15.752	-
Partes relacionadas	25	177.426	172.684	337.548	452.126	439.103	527.981
Provisão para perda sobre investimentos	10	-	-	-	563.030	459.930	549.427
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	150.966	195.175	81.259	134.397	175.383	81.259
Outras contas a pagar	17	44.284	1.024	6.445	43.391	-	-
Total dos passivos não circulantes		497.046	492.639	509.503	1.260.694	1.093.865	1.158.667
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO							
Capital social	20	2.960.776	2.960.776	2.960.776	2.960.776	2.960.776	2.960.776
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		1	1	55.379	1	1	55.379
Ajuste de avaliação patrimonial		(33.721)	(32.827)	(16.413)	(33.721)	(32.827)	(16.413)
Prejuízos acumulados		(4.121.246)	(4.016.621)	(3.057.941)	(4.121.246)	(4.016.621)	(3.057.941)
Total do patrimônio líquido negativo		(1.235.947)	(1.130.428)	(99.956)	(1.235.947)	(1.130.428)	(99.956)
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		2.313.611	2.290.042	2.604.918	1.404.690	1.271.499	1.500.235

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 30 de junho de 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado			
		01/04/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019
RECEITA LÍQUIDA	21	11.260	15.645	23.592	76.607
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Custo com compra de energia		-	(5.474)	-	(48.247)
Custo de operação		(1.535)	(1.862)	(3.490)	(3.290)
Depreciações e amortizações	11	(1.774)	(2.381)	(3.667)	(4.774)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(205)	(140)	(403)	(328)
Total	22	(3.514)	(9.857)	(7.560)	(56.639)
LUCRO BRUTO		7.746	5.788	16.032	19.968
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(18.572)	(89.943)	(36.618)	(114.282)
Depreciações e amortizações	11	(1.606)	(1.267)	(3.226)	(2.156)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	-	(259.403)	(3.646)	(259.403)
Outras receitas (despesas) líquidas		(9.733)	(12.908)	15.155	(94.798)
Total	22	(29.911)	(363.521)	(28.335)	(470.639)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	46.960	10.755	62.016	31.499
Total		17.049	(352.766)	33.681	(439.140)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		24.795	(346.978)	49.713	(419.172)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		(882)	521	(560)	639
Despesas financeiras		(74.968)	(78.152)	(152.934)	(186.259)
Total	23	(75.850)	(77.631)	(153.494)	(185.620)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(51.055)	(424.609)	(103.781)	(604.792)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(354)	(1.851)	(704)	(3.821)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		(50)	(79)	(140)	(212)
Total	24	(404)	(1.930)	(844)	(4.033)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(51.459)	(426.539)	(104.625)	(608.825)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 30 de junho de 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Controladora			
		01/04/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019
Depreciações e amortizações	11	(234)	(957)	(601)	(1.929)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(10.331)	(21.327)	(23.976)	(40.669)
Depreciações e amortizações	11	(1.439)	(1.233)	(2.901)	(2.087)
Outras receitas (despesas) líquidas		(5)	2.332	1.531	2.003
Total	22	(11.775)	(20.228)	(25.346)	(40.753)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	(10.363)	(392.991)	(17.952)	(525.037)
Total		(22.138)	(413.219)	(43.298)	(565.790)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(22.372)	(414.176)	(43.899)	(567.719)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		(1.052)	798	(846)	899
Despesas financeiras		(28.035)	(13.161)	(59.880)	(42.005)
Total	23	(29.087)	(12.363)	(60.726)	(41.106)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(51.459)	(426.539)	(104.625)	(608.825)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	27			(2,51)	(14,59)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 30 de junho de 2020

Valores expressos em milhares de Reais

		Consolidado				Controladora			
	Nota explicativa	01/04/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019 (reapresentado)	01/01/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019 (reapresentado)	01/04/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019 (reapresentado)	01/01/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019 (reapresentado)
Prejuízo do período		(51.459)	(426.539)	(104.625)	(608.825)	(51.459)	(426.539)	(104.625)	(608.825)
Outros resultados abrangentes									
Reflexo da perda de valor justo de instrumentos de hedge em controlada em conjunto	20	(894)	(10.236)	(894)	(10.236)	(894)	(10.236)	(894)	(10.236)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO		(52.353)	(436.775)	(105.519)	(619.061)	(52.353)	(436.775)	(105.519)	(619.061)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Capital Social		Reservas de capital		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido negativo controladora e consolidado
	Integralizado	Custos na emissão de ações	Reserva de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio	Ágio			
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2019 (reapresentado)	2.960.776	(41.757)	55.378	1	(16.413)	(3.057.941)	(99.956)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(608.825)	(608.825)
Outros resultados abrangentes:							
Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	-	-	-	-	(10.236)	-	(10.236)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 (reapresentado)	<u>2.960.776</u>	<u>(41.757)</u>	<u>55.378</u>	<u>1</u>	<u>(26.649)</u>	<u>(3.666.766)</u>	<u>(719.017)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (reapresentado)	2.960.776	(41.757)	-	1	(32.827)	(4.016.621)	(1.130.428)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(104.625)	(104.625)
Outros resultados abrangentes:							
Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	-	-	-	-	(894)	-	(894)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020	<u>2.960.776</u>	<u>(41.757)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>(33.721)</u>	<u>(4.121.246)</u>	<u>(1.235.947)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 30 de junho de 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do período		(104.625)	(608.825)	(104.625)	(608.825)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	11	6.893	6.930	3.502	4.016
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	3.646	259.403	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	11.2	416	14.408	-	7.668
Comissões e outras penalidades		941	2.849	-	-
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	14.4	83.592	92.654	11.756	15.874
Apropriação dos custos sobre empréstimos e financiamentos	14.4	103	13	-	-
Atualização e provisão CCEE/Eletrobras	16.1	362	493	-	-
Multa sobre ressarcimento	16.1	7.542	21.919	-	-
Atualização e provisão (líquidos) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	5.574	29.313	8.797	29.142
Reversão provisão para contrato oneroso	19	(33.069)	(34.507)	-	-
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	23	(613)	(758)	-	(61)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	23, 25	35.353	46.600	44.082	19.961
Juros sobre contas a pagar		22.895	19.866	1.124	(931)
Atualização depósitos judiciais		1.131	-	1.158	-
Tributos diferidos		306	463	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	(62.016)	(31.499)	17.952	525.037
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(689)	3.683	26	(17)
Depósitos judiciais		(993)	(445)	(992)	(444)
Tributos a recuperar		(1.455)	(5.383)	(80)	246
Despesas antecipadas		(3.675)	-	(494)	-
Adiantamentos a fornecedores		(388)	1.539	(358)	(36)
Outros créditos		1.466	435	2	(10.320)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		5.592	(7.814)	1.466	(1.936)
Tributos a recolher		27	15.311	(214)	2.642
Salários e férias a pagar		(2.872)	(3.699)	(2.872)	(3.699)
Contas a pagar CCEE/Eletrobras	16.1	(4.144)	(16.860)	-	-
Outras contas a pagar		(884)	62.867	-	-
Partes relacionadas		-	87.448	-	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(819)	(1.030)	-	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	14.4	(1.388)	(2.417)	-	-
Pagamentos de contingências	18	-	(144)	-	(144)
Dividendos recebidos	10.4	52.502	36.719	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		10.711	(10.468)	(19.770)	(21.827)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes de capital em controladas	11.3.2 e 31	-	-	-	(53.532)
Aplicações financeiras		848	13.531	6.097	910
Aquisição de imobilizado	11 e 30	(2.371)	(18.185)	(1.326)	(1.553)
Partes relacionadas		-	-	(40.210)	(31.523)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.523)	(4.654)	(35.439)	(85.698)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Valores recebidos de debêntures privadas	14	-	-	51.000	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	14	(7.877)	(22.047)	-	-
Pagamento de passivos de arrendamento		(4.515)	(3.405)	(2.924)	(1.650)
Partes relacionadas		26.382	37.753	26.417	109.214
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		13.990	12.301	74.493	107.564
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		23.178	(2.821)	19.284	39
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	4.782	16.310	81	69
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período*	6	27.960	13.489	19.365	108
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		23.178	(2.821)	19.284	39

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

(*) O Caixa e equivalente de caixa no período findo em 30 de junho de 2019 inclui o saldo de caixa e equivalente de caixa das SPes do ASIII.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em 30 de junho de 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
RECEITAS					
Vendas de energia	21	24.485	83.035	-	-
Outras receitas		1.467	1.618	1.467	1.618
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(3.931)	(52.108)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(12.236)	(197.548)	(18.944)	(35.764)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	12.9	(3.646)	(259.403)	-	-
Ganho na alienação de ativos	12.8	-	2.736	-	2.736
Valor adicionado bruto		6.139	(421.670)	(17.477)	(31.410)
Depreciação	11, 22	(6.893)	(6.930)	(3.502)	(4.016)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		(754)	(428.600)	(20.979)	(35.426)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	62.016	31.499	(17.952)	(525.037)
Receitas financeiras		(495)	1.761	(789)	943
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		60.767	(395.340)	(39.720)	(559.520)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Salários e encargos		3.094	6.070	2.245	846
Honorários da administração	25.5	3.681	4.170	1.561	4.170
Benefícios		2.028	2.196	1.003	919
FGTS		878	701	490	362
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		4.216	13.817	1.413	1.147
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		147.800	169.343	57.112	34.923
Aluguéis		264	296	12	(142)
Outros		3.431	16.892	1.069	7.080
Prejuízo do período		(104.625)	(608.825)	(104.625)	(608.825)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		60.767	(395.340)	(39.720)	(559.520)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2020

Valores expressos em milhares de Reais

1. Informações gerais

A Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação e em construção (“Grupo Renova”):

PCH	Consolidação	% Participação	
		30/06/2020 e 31/12/2019	
		Direta	Indireta
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	(a) Integral	100,00	-
Energética Serra da Prata S.A.	(b) Integral na Enerbras	-	99,99
Renova PCH Ltda. - Em recuperação judicial	(c) Integral	99,99	-
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(d) Integral	99,99	-

Eólico	Consolidação	% Participação	
		30/06/2020 e 31/12/2019	
		Direta	Indireta
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial ¹	(e) Integral	99,99	-
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial ¹	(e) Integral na Alto Sertão	-	99,99
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

Eólico	Consolidação	% Participação	
		30/06/2020 e 31/12/2019	
		Direta	Indireta
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial ¹	(g) Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Calianira S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial ¹	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial ¹	(i) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(e) Integral	99,99	-
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral na Bela Vista XIV	-	99,99
Centrais Eólicas Itapuã XV LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-
Parque Eólico Iansã LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-

Nota 1: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III.

UFV (Usina Fotovoltaica)	Consolidação	% Participação	
		30/06/2020 e 31/12/2019	
		Direta	Indireta
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

		% Participação	
		30/06/2020 e 31/12/2019	
		Direta	Indireta
Comercialização	Consolidação		
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(j) Integral	100,00	-
		% Participação	
		30/06/2020 e 31/12/2019	
		Direta	Indireta
Holding	Consolidação		
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(k) Integral	100,00	-
Espra Holding S.A.	(k) Integral	99,99	-
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	(k) Integral	99,99	-
CMNPAR Fifty Four Participações S.A.	(k) Integral	99,99	-
SF 120 Participações Societárias S.A.	(k) Integral	99,99	-
SF 123 Participações Societárias S.A.	(k) Integral	99,99	-
		% Participação	
		30/06/2020 e 31/12/2019	
		Direta	Indireta
PCH	Controle compartilhado não consolidado		
Brasil PCH S.A.	(l) Indireto pela Chipley	-	51,00

- (a) Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“Enerbras”), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada no Estado da Bahia, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”).
- (b) Espra, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, composto pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras (“Eletrobras”), no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”) e entrou em operação em 2008.
- (c) Renova PCH Ltda. – Em recuperação judicial (“Renova PCH”), controlada direta, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica.
- (d) Chipley SP Participações S.A. – Em recuperação judicial (“Chipley”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos.
- (e) Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
- (f) Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 (“LER 2013”). Os parques eólicos estão com as obras paralisadas, vide Nota 1.1.
- (g) Controladas diretas e indiretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, terá toda a sua produção comercializada no mercado livre. Os parques eólicos estão com as obras paralisadas, vide Nota 1.1.

- (h) Controladas diretas têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica. Os parques eólicos estão com as obras paralisadas.
- (i) Controlada direta têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”). Os parques eólicos estão com as obras paralisadas, vide Nota 1.1.
- (j) Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em recuperação judicial (“Renova Comercializadora”), controlada direta, subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (k) Controladas diretas têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (l) Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs.

1.1 Operação comercial dos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos deveriam entrar em operação comercial em 1º de setembro de 2015 (LER 2013) e 1º de outubro de 2017 (LER 2014), contudo os mesmos estão com as obras paralisadas e, portanto, atrasados. Conforme contratos, o efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial dos parques, devendo os recursos financeiros associados a esse pagamento ficarem retidos na CONER (conta de energia de reserva) os quais serão considerados quando da apuração das diferenças entre a energia gerada e a contratada (vide Nota 16).

Adicionalmente a Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas Resoluções Autorizativas dos parques eólicos AS III – Fase A e nos Contratos de Energia de Reserva do LER 2013 e LER 2014 e que requerem inclusive a suspensão das referidas Resoluções Autorizativas. A Administração da Companhia vem atendendo aos prazos estabelecidos nos referidos procedimentos administrativos com o objetivo de demonstrar à ANEEL a conexão e benefícios entre tais obrigações e os novos Planos de Recuperação Judicial apresentados em julho de 2020. Até a data da emissão das presentes informações contábeis intermediárias não havia nenhuma modificação no contexto desses procedimentos administrativos.

1.2 Venda de ativos

1.2.1 Complexo Eólico Alto Sertão II (LER 2010 e LER 2011 (A-3))

Em 3 de agosto de 2017, a Companhia concluiu a venda para a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) da totalidade das ações da Nova Energia S.A. detentora, por meio da Renova Eólica Participações S.A., do Complexo Eólico Alto Sertão II. O valor base da transação foi de R\$600.000 ajustado por determinadas variações de capital de giro e dívida líquida do Complexo Eólico Alto Sertão II e poderá sofrer acréscimo de até R\$100.000 sob a forma de *earn out*, condicionado ao desempenho do Complexo, apurado após o período de 5 anos contados da data do fechamento da operação.

A AES mantém garantias no valor total de R\$14.856 (R\$57.732, em 31 de dezembro de 2019), atualizados a 100% do CDI, que poderão ser pagas à Companhia, conforme segue:

<u>Garantia</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Litígios	-	131	32.428
Earn-Out	14.856	56.644	53.983
Indenização geral	-	957	2.372
Total	<u>14.856</u>	<u>57.732</u>	<u>88.783</u>

Em março de 2019, o Consorcio MGT, prestador de serviço dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão II, ingressou com medida judicial para cobrança da sentença arbitral parcial, no valor de R\$34.103 e em 8 de abril de 2020 sobreveio a sentença arbitral final, liquidando a condenação de mérito adicional em valor de R\$43.391. A referida sentença transitou em julgado apenas em 1º de junho de 2020 com prazo de 30 dias para pagamento. Diante da ausência de consenso sobre a concursabilidade de tal crédito à recuperação judicial e a liberação das garantias para pagamento da condenação, a AES ingressou com medida cautelar pré-arbitral, obtendo em 22 de junho de 2020 liminar para liberação das *escrows accounts* no montante de R\$ 43.391 mediante oferecimento de seguro garantia judicial em valor equivalente, acrescido de 30%. Atualmente, discute-se nos autos da recuperação judicial e em procedimento arbitral específico, se tal crédito da AES estaria sujeito ou não ao concurso de credores da recuperação judicial e se tal seguro garantia deveria ser mantido ou não. Enquanto não há decisão definitiva sobre o tema a Companhia entendeu por reconhecer um passivo com a AES, que será quitado futuramente seja por meio do plano de recuperação judicial, em caso de concursabilidade, seja por outros meios, inclusive um possível encontro de contas contra créditos futuros (e.g *earn out*), em caso de não sujeição de tal crédito ao plano de recuperação judicial.

1.3 Recuperação judicial

A Renova é uma companhia de geração de energia por fontes renováveis com foco na geração de energia elétrica por meio de parques eólicos e PCHs que atua de forma integrada na prospecção, desenvolvimento, implantação e operação de empreendimentos de geração de energia renovável.

Desde 2015, a Administração da Companhia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro que incluíram: a) recebimento de recursos dos seus acionistas na forma de aporte de capital e de antecipação dos contratos de compra e venda de energia, b) reestruturação e redução dos gastos administrativos, c) venda de parques eólicos e projetos em desenvolvimento, e d) otimização do portfólio de contratos com cancelamento, cessão, suspensão e postergação dos PPAs.

Em 21 de março de 2019, o Conselho de Administração, aprovou um plano de estruturação financeira que dentre outras ações, contemplava o equacionamento e alongamento de dívidas e a venda do Complexo Eólico AS III.

Na tentativa de redimensionar suas operações e obter recursos que permitissem a readequação de sua estrutura de capital e a realização de novos investimentos de maneira sustentável, a Companhia estava trabalhando na venda do Complexo Eólico AS III. Mas conforme fato relevante divulgado em 10 de outubro de 2019, as negociações de venda do AS III foram encerradas, pois as partes não chegaram a um acordo em relação às condições comerciais da operação. Tal fato, aliado à incapacidade da Companhia de suportar os custos e as condições da prorrogação do vencimento do contrato de financiamento do empréstimo de curto prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) para o AS III – Fase A, em adição à disputas judiciais incluindo execuções que poderiam colocar em risco suas operações, os acionistas concluíram que o ajuizamento da recuperação judicial era a medida mais adequada para (i) continuar avançando de forma organizada e com prazos e procedimentos pré-definidos, com a coordenação de todos os envolvidos no plano de estruturação; (ii) possibilitar a manutenção da normalidade operacional das atividades da Companhia e suas controladas; bem como (iii) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia e suas controladas.

Assim, em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial (“RJ”), na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no.

1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data e dentre outras providências, determinou:

- (i) Nomeação da KPMG Corporate Finance, para atuar como administradora judicial;
- (ii) Suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005, que foi estendido por mais 120 dias;
- (iii) Apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005;
- (iv) Dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e
- (v) Determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

Em aderência a esse momento da Companhia, em 23 de outubro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a contratação de empresa especializada em assessoria e suporte à gestão interina de empresas em processos de recuperação judicial. Como parte da Gestão interina, ocorreu nessa mesma data a substituição do diretor-presidente e do diretor de finanças e desenvolvimento de negócios.

Em 04 de novembro de 2019, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pela Companhia, a qual foi reapresentada em 10 de março de 2020. Em 13 de dezembro de 2019, o pedido de recuperação judicial foi ratificado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Em 17 de dezembro de 2019 a Companhia protocolou o seu Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) para discussão com credores, no qual são estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento das empresas do Grupo Renova, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômica- financeira das empresas e a continuidade das suas atividades, inclusive por meio de: (i) reestruturação e equalização de seu passivo; (ii) prospecção e adoção de medidas durante a recuperação judicial visando à obtenção de novos recursos; e (iii) potencial alienação de ativos.

Em linha com seu Plano e para suportar as despesas de manutenção das suas atividades, a Renova celebrou com a CEMIG empréstimo do tipo *debtor-in-possession* (“DIP”), no montante total de R\$36.500, sendo R\$16.500, ao final de 2019 e R\$20.000, em janeiro de 2020 (vide nota 25). Ainda, em 20 de março de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aceitação da oferta vinculante da ARC, da G5 e da XP de financiamento no montante de R\$320 milhões para a conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A, bem como para o custeio das despesas operacionais correntes da Companhia, cujos documentos necessários ao fechamento da operação estão sendo negociados entre as partes.

Em 20 de março de 2020, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela aceitação da oferta vinculante no montante de aproximadamente R\$320.000 realizada pela ARC Capital Ltda. (“ARC”), G5 Administradora de Recursos Ltda. (“G5”) e XP Vista Asset Management Ltda (“XP”) de financiamento para a conclusão das obras da Fase A do AS III, concedendo um prazo de 30 (trinta) dias de exclusividade contados daquela data que servirá para a negociação dos documentos da operação a ser realizada entre as partes. Em 19 de abril de 2020 venceu o prazo de exclusividade, mas as partes seguem negociando os documentos da operação a ser realizada.

Em 06 de julho de 2020 a Companhia protocolou 2 (dois) novos Planos de Recuperação Judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, com o objetivo de buscar uma estrutura de recuperação que possibilite atender melhor aos interesses de credores e recuperandas.

O plano de recuperação judicial encontra-se em fase de discussão podendo ainda sofrer aperfeiçoamentos e mudanças até a realização da Assembleia Geral de Credores prevista para ocorrer em setembro de 2020. Todas as

informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>).

1.4 Continuidade operacional

No semestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia apresentou prejuízo de R\$104.625, possui prejuízos acumulados de R\$4.121.246, bem como passivos circulantes consolidados em excesso aos ativos circulantes consolidados no montante de R\$2.996.340, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$1.235.947 e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos operacionais e de construção dos parques eólicos e solares.

O resultado do semestre findo em 30 de junho de 2020 deve-se, principalmente as (i) despesas financeiras decorrentes do reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, fornecedores e operações com partes relacionadas, no valor de R\$153.494, (ii) reversão de provisão para contrato oneroso de R\$33.069, e (iii) provisão para redução ao valor recuperável do ativo relacionado ao Complexo Eólico AS III, no montante de R\$3.646.

Diante deste cenário, a Administração da Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial (Nota 1.3), com o objetivo de permitir a busca de soluções para a continuidade das operações da Companhia, utilizando-se, em última análise da proteção do processo de recuperação judicial, que por meio dos planos de recuperação judicial, apresentados em 06 de julho de 2020 para avaliação dos credores e que será submetido à aprovação em Assembleia Geral de Credores, possa permitir um equacionamento de seu passivo e a retomada das obras de construção do parque eólico garantindo a sua continuidade operacional.

Na avaliação da Administração da Companhia o plano possibilitará a realização de acordos com a maioria dos credores do Grupo Renova.

A Administração acredita ainda que a Companhia, por meio da renegociação do passivo concursal das recuperandas, nos termos e condições previstas no Plano apresentado, que será negociado para eventuais alterações até a Assembleia Geral de Credores e se aprovado, também fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova. Assim, estas informações intermediárias foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.5 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

Em 13 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia mundial o surto da Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate a disseminação do vírus. Dentre as medidas destacam-se o distanciamento social que produz impactos negativos na economia por afetar os processos de produção das diversas empresas, interrompendo as cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de empresas em especial os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. As diversas esferas de governo vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfrentamento da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais, mas o risco de recessão econômica é alto e seus efeitos na economia ainda não são quantificáveis.

A Companhia está acompanhando os impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, e acredita que os efeitos em sua situação patrimonial e resultados advindos da pandemia e da retração na atividade econômica estão relacionados a redução no consumo de energia elétrica e consequentemente na receita de venda de energia. De acordo com dados do Operador Nacional de Sistema Elétrico (“ONS”), estima-se uma redução no consumo de energia no país de 586MW médios (0,9%), em 2020, em comparação ao ano de 2019.

A Companhia não espera impactos relevantes nas suas empresas operacionais, Espira e Brasil PCH, considerando que ambas possuem contratos com o PROINFA, cujo histórico não contempla impactos relevantes quando de redução de demanda.

Para fins de elaboração das informações contábeis intermediárias referente ao semestre findo em 30 de junho de 2020, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nos negócios da Companhia. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Adicionalmente a retração macroeconômica decorrente do COVID-19 poderá também impactar o nosso processo de recuperação judicial em função de eventuais alterações nas condições de mercado para prospecção e obtenção de novos recursos para financiar as nossas operações, incluindo a conclusão dos nossos parques eólicos, bem como a eventual alienação de ativos. No semestre findo em 30 de junho de 2020 e até a data da emissão dessas informações trimestrais não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia e suas controladas.

De forma geral, a Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

2. Principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

As Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), identificadas como “Controladora”.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2019, aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de abril de 2020.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Aprovação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 25 de agosto de 2020.

2.3 Bases de consolidação e investimentos em controladas

Foram consolidadas as informações contábeis intermediárias das controladas mencionadas na Nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas informações contábeis intermediárias. Ativos operacionais alienados são consolidados no resultado até a data da sua alienação.

Os critérios contábeis adotados na apuração das informações das controladas foram aplicados uniformemente. As principais práticas de consolidação adotadas foram:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas;
- eliminação das participações no capital, reservas e lucros (prejuízos) acumulados das empresas consolidadas;
- eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.

2.4 Reapresentação dos saldos contábeis

A Companhia revisou o saldo do seu investimento na controlada em conjunto Brasil PCH e identificou os ajustes relacionados à equivalência patrimonial:

- Resultado de equivalência patrimonial no montante de R\$ 7.054, com reflexo nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores a 31 de dezembro de 2018;
- Registro dos instrumentos financeiros derivativos (swap), contratados em 15 de outubro de 2018, junto ao Banco Itaú, para proteção de fluxos de caixa da Brasil PCH, no montante de R\$ 32.827, sendo R\$ 16.414 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 16.413 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Assim a Companhia reconheceu os efeitos desses ajustes nas suas demonstrações financeiras, conforme demonstrado a seguir

Balanco patrimonial

	31/12/2019					
	Consolidado			Controladora		
	<u>Apresentado</u> <u>anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>	<u>Apresentado</u> <u>anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>
ATIVO						
CIRCULANTE						
Total dos ativos circulantes	21.188	-	21.188	35.426	-	35.426
NÃO CIRCULANTES						
Investimentos	592.407	(39.881)	552.526	1.111.499	(39.881)	1.071.618
Outros ativos não circulantes	1.716.328	-	1.716.328	164.455	-	164.455
Total dos ativos não circulantes	2.308.735	(39.881)	2.268.854	1.275.954	(39.881)	1.236.073
TOTAL DO ATIVO	<u>2.329.923</u>	<u>(39.881)</u>	<u>2.290.042</u>	<u>1.311.380</u>	<u>(39.881)</u>	<u>1.271.499</u>

- Continua -

- Continuação -

31/12/2019						
	Consolidado			Controladora		
	<u>Apresentado anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>	<u>Apresentado anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>
PASSIVOS						
CIRCULANTES						
Total dos passivos circulantes	2.927.831	-	2.927.831	1.308.062	-	1.308.062
NÃO CIRCULANTES						
Total dos passivos não circulantes	492.639	-	492.639	1.093.865	-	1.093.865
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	2.960.776	-	2.960.776	2.960.776	-	2.960.776
(-) Custos na emissão de ações	(41.757)	-	(41.757)	(41.757)	-	(41.757)
Reservas de capital	1	-	1	1	-	1
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(32.827)	(32.827)	-	(32.827)	(32.827)
Prejuízos acumulados	(4.009.567)	(7.054)	(4.016.621)	(4.009.567)	(7.054)	(4.016.621)
Total do patrimônio líquido	(1.090.547)	(39.881)	(1.130.428)	(1.090.547)	(39.881)	(1.130.428)
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.329.923	(39.881)	2.290.042	1.311.380	(39.881)	1.271.499

01/01/2019						
	Consolidado			Controladora		
	<u>Apresentado anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>	<u>Apresentado anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>
ATIVO						
CIRCULANTE						
Total dos ativos circulantes	1.737.707	-	1.737.707	294.783	-	294.783
NÃO CIRCULANTES						
Investimentos	603.747	(23.467)	580.280	1.141.674	(23.467)	1.118.207
Outros ativos não circulantes	286.931	-	286.931	87.245	-	87.245
Total dos ativos não circulantes	890.678	(23.467)	867.211	1.228.919	(23.467)	1.205.452
TOTAL DO ATIVO	2.628.385	(23.467)	2.604.918	1.523.702	(23.467)	1.500.235

- Continua -

- Continuação -

	01/01/2019					
	Consolidado			Controladora		
	<u>Apresentado</u> <u>anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>	<u>Apresentado</u> <u>anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>
NÃO CIRCULANTES						
Total dos passivos não circulantes	509.503	-	509.503	1.158.667	-	1.158.667
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	2.960.776	-	2.960.776	2.960.776	-	2.960.776
(-) Custos na emissão de ações	(41.757)	-	(41.757)	(41.757)	-	(41.757)
Reservas de capital	55.379	-	55.379	55.379	-	55.379
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(16.413)	(16.413)	-	(16.413)	(16.413)
Prejuízos acumulados	(3.050.887)	(7.054)	(3.057.941)	(3.050.887)	(7.054)	(3.057.941)
Total do patrimônio líquido	(76.489)	(23.467)	(99.956)	(76.489)	(23.467)	(99.956)
TOTAL DOS PASSIVOS						
E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>2.628.385</u>	<u>(23.467)</u>	<u>2.604.918</u>	<u>1.523.702</u>	<u>(23.467)</u>	<u>1.500.235</u>

Demonstração dos resultados abrangentes

	31/12/2019			
	Controladora e Consolidado			
	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 31/12/2019	01/01/2018 à 31/12/2018
Resultado abrangente do período / exercício (apresentado anteriormente)	(426.539)	(608.825)	(1.014.058)	(856.297)
Outros resultados abrangentes				
Reflexo da perda de valor justo de instrumento de hedge de controlada em conjunto	(10.236)	(10.236)	(16.414)	(16.413)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO/EXERCÍCIO (reapresentado)	<u>(436.775)</u>	<u>(619.061)</u>	<u>(1.030.472)</u>	<u>(872.710)</u>

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e as informações intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2019, apresentadas para fins de comparação, estão sendo reapresentadas, conforme requerido pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente a norma internacional IAS 8) e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (equivalente a norma internacional IAS 1). Não houve impactos nas demonstrações do resultado do exercício e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e as informações intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2019.

3. Das autorizações vigentes

3.1 Mercado regulado (ACR)

		Resolução	Data da	Prazo da	Capacidade de
<u>PCH</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>ANEEL</u>	<u>resolução</u>	<u>autorização</u>	<u>produção instalada*</u>
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	30 anos	14,80 MW
Colino 2	PROINFA	695	24/12/2003	30 anos	16,00 MW
Colino 1	PROINFA	703	24/12/2003	30 anos	11,00 MW
<u>Eólico</u>					
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu) - Em recuperação judicial	LER 08/2014 ⁽¹⁾	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina) - Em recuperação judicial	LER 08/2014 ⁽¹⁾	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Pau Santo) - Em recuperação judicial	LER 08/2014 ⁽¹⁾	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Nota 1: A Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas resoluções autorizativas desses parques, conforme divulgado na Nota 1.1.

3.2 Mercado livre (ACL)

<u>Eólico</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução</u> <u>ANEEL</u>	<u>Data da</u> <u>resolução</u>	<u>Prazo da</u> <u>autorização</u>	<u>Capacidade de</u> <u>produção</u> <u>instalada*</u>
Centrais Eólicas Amesela S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5098	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5125	01/04/2015	30 anos	14,40 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5094	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5090	26/03/2015	30 anos	5,70 MW
Centrais Eólicas Botuquara Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5101	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5086	26/03/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5089	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Conquista Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5102	26/03/2015	30 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5170	27/04/2015	30 anos	19,20 MW
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5097	26/03/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Jequitibá S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5100	26/03/2015	30 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5083	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5095	26/03/2015	30 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5082	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Alcaçuz S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5118	01/04/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5119	01/04/2015	30 anos	5,40 MW
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5121	01/04/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5122	01/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5123	01/04/2015	30 anos	20,10 MW
Centrais Eólicas Lençóis Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5171	27/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5127	01/04/2015	30 anos	14,70 MW
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5120	01/04/2015	30 anos	14,70 MW

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Nota 1: A Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas resoluções autorizativas desses parques, conforme divulgado na Nota 1.1.

Nota (2): Contratos cedidos para Engie Brasil Energia S.A. ("Engie") a partir de julho de 2019. As outorgas desses parques foram canceladas, conforme mencionado na nota 17.

4. Comercialização de energia

4.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valores				Prazo			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (M Wh)	Preço histórico M Wh (R\$)	Preço atualizado M Wh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Pequenas centrais hidrelétricas:										
Cachoeira da Lixa	PROINFA	Eletrobras	168.009	65.174	121,35	305,29	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino 1	PROINFA	Eletrobras	149.297	57.903	121,35	305,29	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Colino 2	PROINFA	Eletrobras	213.370	41.084	121,35	305,29	jul/08	jun/28	IGP-M	junho
Geração de energia eólica										
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	202.880	96.360	105,20	147,66	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	137.544	60.444	113,70	159,60	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	76.101	34.164	111,30	156,23	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	176.183	84.972	103,60	145,42	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	82.350	39.420	104,38	146,51	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	173.200	83.220	103,99	145,97	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	187.680	88.476	105,99	148,77	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	135.964	64.824	104,80	147,10	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	198.004	93.732	105,55	148,16	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Mulungu) - Em recuperação judicial										
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Quina) - Em recuperação judicial	LER 10/2014 ¹	CCEE	224.038	80.592	138,90	181,17	out/17	set/37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Pau Santo) - Em recuperação judicial	LER 10/2014 ¹	CCEE	126.630	45.552	138,90	181,17	out/17	set/37	IPCA	outubro

Nota 1: A Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nos Contratos de Energia de Reserva do LER2013 e LER2014, conforme divulgado na Nota 1.1.

4.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contrato no mercado livre, denominado Light I, com fornecimento de energia para a LIGHTCOM e para a CEMIG GT que totaliza 100,2 MW médios (não revisado) de energia contratada, com vigência até agosto de 2035.

5. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- a) PCH – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. As PCHs se encontram em fase de operação.
- b) Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III, cujos parques encontram-se com suas obras paralisadas.
- c) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.
- d) Administrativo – Este segmento é responsável pelas operações gerenciais e administrativas da Companhia.

As informações por segmento em 30 de junho de 2020 e 2019 para o resultado e 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

	30/06/2020				
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	23.592	-	-	-	23.592
Custos não gerenciáveis	(403)	-	-	-	(403)
Margem Bruta	23.189	-	-	-	23.189
Custos gerenciáveis	(5.559)	(28.830)	31.879	(22.443)	(24.953)
Depreciações e amortizações	(3.066)	(325)	-	(3.502)	(6.893)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(3.646)	-	-	(3.646)
Resultado de equivalência patrimonial	62.016	-	-	-	62.016
Receita financeira	282	25	88	(955)	(560)
Despesa financeira	(3.703)	(97.368)	(5.924)	(45.939)	(152.934)
Imposto de renda e contribuição social	(844)	-	-	-	(844)
Lucro líquido (prejuízo) do período	72.315	(130.144)	26.043	(72.839)	(104.625)
Ativos totais	740.166	1.532.832	13.397	27.216	2.313.611
Passivos totais	103.055	1.733.054	6.425	1.707.024	3.549.558

	30/06/2019				
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	21.553	-	55.054	-	76.607
Custos não gerenciáveis	(328)	-	-	-	(328)
Margem Bruta	21.225	-	55.054	-	76.279
Custos gerenciáveis	(7.177)	(110.089)	(101.949)	(41.402)	(260.617)
Depreciação	(2.845)	(3.440)	-	(645)	(6.930)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(259.403)	-	-	(259.403)
Resultado de equivalência patrimonial	31.499	-	-	-	31.499
Receita financeira	126	112	(498)	899	639
Despesa financeira	(3.397)	(112.998)	(47.819)	(22.045)	(186.259)
Imposto de renda e contribuição social	(4.276)	243	-	-	(4.033)
Lucro líquido (prejuízo) do período	35.155	(485.575)	(95.212)	(63.193)	(608.825)

	(reapresentado)				
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Ativos totais	723.974	1.531.485	14.722	19.861	2.290.042
Passivos totais	106.000	1.645.209	38.685	1.630.576	3.420.470

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Caixa	17	27	3	15
Bancos conta movimento	1.226	1.079	85	61
Aplicações financeiras de liquidez imediata	7.637	3.676	197	5
Aplicações financeiras	26.284	7.637	19.343	6.360
	<u>35.164</u>	<u>12.419</u>	<u>19.628</u>	<u>6.441</u>

Apresentados como:

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa	27.960	4.782	19.365	81
Aplicações financeiras	6.941	1.277	-	-

Não circulante

Aplicações financeiras	263	6.360	263	6.360
Total	<u>35.164</u>	<u>12.419</u>	<u>19.628</u>	<u>6.441</u>

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor e foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxa média de 86% do CDI.

A aplicação financeira apresentada no não circulante é garantidora da fiança constituída pela Controladora em favor da controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. e em 21 de janeiro de 2020 foi utilizada para quitar parte do valor devido a FINEP, conforme descrito na nota 14.6.b

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora
	30/06/2020	31/12/2019	31/12/2019
Comercialização Mercado livre	9	8	-
Eletrobras – ESPRA	4.166	3.607	-
Outros	155	26	26
Total	<u>4.330</u>	<u>3.641</u>	<u>26</u>

Os saldos em 30 de junho de 2020 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

8. Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
IRRF a compensar	221	4.737	182	107
Saldo negativo de IRPJ a compensar	5.590	952	-	-
COFINS a recuperar	4.201	3.259	-	-
PIS a recuperar	912	707	-	-
Outros impostos a compensar	373	191	56	51
Total	11.301	9.846	238	158

Em 30 de junho de 2020, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicação financeiras auferidos pelas companhias do Grupo Renova, e os saldos de PIS e COFINS a recuperar referem-se aos créditos apurados sobre as despesas com TUST.

Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros impostos a recuperar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2020. Enquanto os saldos de PIS e COFINS a recuperar seguem sendo acumulados para compensação com débitos futuros.

9. Cauções e depósitos vinculados

Companhia	Caução	Instituição	Objeto Contratual	Consolidado	
				30/06/2020	31/12/2019
Espra	Garantia	BNB	Financiamento BNB	11.700	11.502

Refere-se a aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de 98% do CDI, vinculadas ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.

10. Investimentos

10.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019 (reapresentado)	30/06/2020	31/12/2019 (reapresentado)
PCH				
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	-	-	154.937	146.283
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	(12)	(6)
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	-	-	945.276	876.505
Brasil PCH S.A.	561.146	552.526	-	-
Eólico				
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	-	-	(312.433)	(198.861)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	-	-	2.958	3.539
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(2.163)	(1.635)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(2.179)	(1.517)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(3.583)	(2.665)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(3.969)	(3.249)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(1.909)	(1.455)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(10.153)	(9.500)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(1.630)	(1.275)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(4.298)	(3.546)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(11.872)	(11.173)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	-	-	4.306	4.801
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(3.558)	(3.016)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(6.086)	(5.415)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(7.388)	(6.585)
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(1.359)	(940)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(5.623)	(5.308)
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(3.560)	(3.343)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(3.371)	(3.148)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(652)	(498)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(714)	(547)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(5.661)	(3.592)
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	(19.233)	(15.281)
Centrais Eólicas Itapua XX LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	(43)	(33)
Centrais Eólicas Itapua IV LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	(146)	(135)
Centrais Eólicas Itapua V LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	(105)	(94)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(1.490)	(1.320)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	-	-	73.717	27.850
SF 120 Participações Societárias S.A. ⁽¹⁾	-	-	12.640	12.640
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(1)
Outras participações ⁽²⁾	-	-	(67)	(46)
Comercialização				
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(149.773)	(175.746)
Total	561.146	552.526	630.804	611.688
Apresentados como:				
Ativo				
Investimento	561.146	552.526	1.193.834	1.071.618
Passivo				
Provisão para perda sobre investimento	-	-	(563.030)	(459.930)
Total	561.146	552.526	630.804	611.688

Nota 1: Empresa constituída no exercício de 2019, detentora do projeto em desenvolvimento Mina de Ouro.

Nota 2: Demais empresas listadas na Nota 1.



10.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	30/06/2020						31/12/2019				
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (reapresentado)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH											
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	5.170.101	100,00	101.955	154.937	(4.493)	13.147	5.170.101	100,00	101.955	146.283	18.917
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	359.784	99,99	360	(12)	-	(6)	359.784	99,99	360	(6)	(6)
Chiplely SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	744.871.373	99,99	744.871	945.276	(3.412)	73.077	744.871.373	99,99	744.871	876.505	78.892
Eólico											
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	1.578.097.205	99,99	1.556.074	(312.433)	-	(113.572)	1.578.097.205	99,99	1.556.074	(198.861)	(536.630)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	17.361.558	99,99	17.362	2.958	-	(581)	17.361.558	99,99	17.362	3.539	(5.357)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	7.559.824	99,99	7.560	(2.163)	-	(528)	7.559.824	99,99	7.560	(1.635)	(5.223)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	14.996.736	99,99	14.997	(2.179)	-	(662)	14.996.736	99,99	14.997	(1.517)	(6.579)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	19.142.404	99,99	19.142	(3.583)	-	(918)	19.142.404	99,99	19.142	(2.665)	(8.916)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	23.542.317	99,99	23.542	(3.969)	-	(720)	23.542.317	99,99	23.542	(3.249)	(6.233)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	6.885.612	99,99	6.886	(1.909)	-	(454)	6.885.612	99,99	6.886	(1.455)	(4.591)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	18.011.571	99,99	18.012	(10.153)	-	(653)	18.011.571	99,99	18.012	(9.500)	(6.142)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	4.614.138	99,99	4.614	(1.630)	-	(355)	4.614.138	99,99	4.614	(1.275)	(3.544)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	14.215.026	99,99	14.215	(4.298)	-	(752)	14.215.026	99,99	14.215	(3.546)	(7.289)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	13.014.445	99,99	13.014	(11.872)	-	(699)	13.014.445	99,99	13.014	(11.173)	(6.825)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	16.493.153	99,99	16.493	4.306	-	(495)	16.493.153	99,99	16.493	4.801	(4.523)
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	10.421.120	99,99	10.421	(3.558)	-	(542)	10.421.120	99,99	10.421	(3.016)	(5.344)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	19.464.696	99,99	19.465	(6.086)	-	(671)	19.464.696	99,99	19.465	(5.415)	(4.048)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	19.346.653	99,99	19.347	(7.388)	-	(803)	19.346.653	99,99	19.347	(6.585)	(4.654)
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	11.530.260	99,99	11.530	(1.359)	-	(419)	11.530.260	99,99	11.530	(940)	(4.135)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	6.428.922	99,99	6.429	(5.623)	-	(315)	6.428.922	99,99	6.429	(5.308)	(2.826)

- Continua -



- Continuação -

Companhia	30/06/2020						31/12/2019				
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
Eólico										(reapresentado)	
Centrais Eólicas Calianira S.A. - Em recuperação judicial	6.598.699	99,99	6.599	(3.560)	-	(217)	6.598.699	99,99	6.599	(3.343)	(1.891)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	3.903.274	99,99	3.903	(3.371)	-	(223)	3.903.274	99,99	3.903	(3.148)	(1.936)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	2.181.078	99,99	2.181	(652)	-	(154)	2.181.078	99,99	2.181	(498)	(1.307)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	3.143.392	99,99	3.143	(714)	-	(167)	3.143.392	99,99	3.143	(547)	(1.432)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	130.234.571	99,99	130.235	(5.661)	-	(2.069)	130.234.571	99,99	130.235	(3.592)	(72.580)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	1.408.975	99,99	1.409	(19.233)	-	(3.952)	1.408.975	99,99	1.409	(15.281)	(10.833)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	32.338	99,99	32	(43)	-	(10)	32.338	99,99	32	(33)	(9)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	244.293.570	99,99	244.294	(1.490)	-	(170)	244.293.570	99,99	244.294	(1.320)	(619)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	968.664	99,99	969	(146)	-	(11)	968.664	99,99	969	(135)	(4)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	883.194	99,99	883	(105)	-	(11)	883.194	99,99	883	(94)	(10)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	22.973	100,00	23	-	-	1	22.973	100,00	23	(1)	-
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	73.722.950	99,99	73.723	73.717	-	-	73.722.950	99,99	73.723	27.850	(4)
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.640.157	99,99	12.640	12.640	-	-	12.640.157	99,99	12.640	12.640	(1)
Outras participações ⁽¹⁾	-	-	-	(67)	-	(21)	-	-	-	(46)	(19)
Comercialização											
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	524.038.918	100,00	524.039	(149.773)	-	25.973	524.038.918	100,00	524.039	(175.746)	(150.625)

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1

10.3 Movimentação dos investimentos

10.3.1 Consolidado

	Investimento			
	Custo	Mais valia	Ajuste de valor patrimonial	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019 (reapresentado)	94.266	502.427	(16.413)	580.280
Equivalência patrimonial/ amortização da mais valia	49.650	(18.151)	-	31.499
Dividendos propostos	(27.539)	-	-	(27.539)
Ajuste de valor patrimonial (DRA)	-	-	(10.236)	(10.236)
Saldos em 30 de junho de 2019 (reapresentado)	<u>116.377</u>	<u>484.276</u>	<u>(26.649)</u>	<u>574.004</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	119.227	466.126	(32.827)	552.526
Equivalência patrimonial/ amortização da mais valia	80.168	(18.152)	-	62.016
Dividendos propostos	(52.502)	-	-	(52.502)
Ajuste de valor patrimonial (DRA)	-	-	(894)	(894)
Saldos em 30 de junho de 2020	<u>146.893</u>	<u>447.974</u>	<u>(33.721)</u>	<u>561.146</u>

Nota 1: a controlada em conjunto Brasil PCH contratou junto ao Banco Itaú uma operação de *Swap* para igualar as remunerações ao IPCA das Debêntures - 1ª Série (CDI+2,39%) e 2ª série (IPCA + 8,2647%), qualificado como *Hedge* de fluxo de caixa. O efeito da marcação a mercado desse instrumento financeiro derivativo resultou em uma perda total de R\$66.120, reconhecidas em outros resultados abrangentes, dos quais a Companhia reconheceu R\$33.721, equivalentes à sua participação de 51%.

10.3.1.1 Investimento societário com controle compartilhado – Brasil PCH S.A.

A Companhia mensura seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

A Brasil PCH detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

O valor de aquisição pago foi alocado aos ativos e passivos da Brasil PCH a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais estão sendo amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações das PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago, R\$754.907 em 2014, foi alocada a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio.

De acordo com o requerido no CPC 45 (IFRS 12), apresentamos as informações contábeis da Brasil PCH (controlada em conjunto):

<u>ATIVOS</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CIRCULANTES			CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	74.635	8	Debêntures	104.188	122.117
Aplicações financeiras	59.644	155.550	Outros passivos circulantes	52.428	80.279
Outros ativos circulantes	58.948	56.366	Total dos passivos circulantes	156.616	202.396
Total dos ativos circulantes	193.227	211.924			
NÃO CIRCULANTES			NÃO CIRCULANTES		
Imobilizado	1.022.840	1.035.306	Debêntures	730.861	766.192
Outros ativos não circulantes	15.845	21.125	Outros passivos não circulantes	122.524	130.352
Total dos ativos não circulantes	1.038.685	1.056.431	Total dos passivos não circulantes	853.385	896.544
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	221.911	169.415
TOTAL DO ATIVO	<u>1.231.912</u>	<u>1.268.355</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.231.912</u>	<u>1.268.355</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020 e 2019 (CONSOLIDADO)

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
RECEITA LÍQUIDA	267.742	205.338
Custo com depreciação e amortização	(18.502)	(18.022)
Outros custos	(28.816)	(26.976)
Despesas gerais e administrativas	(7.837)	(6.503)
Perda com contrato oneroso	(7.397)	4.766
Resultado financeiro	(39.428)	(54.046)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(8.569)	(7.204)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>157.193</u>	<u>97.353</u>

O resultado do semestre findo em 30 de junho de 2020 foi impactado substancialmente pelo: (i) aumento da receita líquida em consequência, principalmente, do efeito líquido da reversão da provisão de Garantia Física, no valor R\$43.518; (ii) aumento no total da exposição acumulada no contrato oneroso para o período de junho de 2020 a dezembro de 2021, em função da redução do preço de mercado e pelo decréscimo da Selic média para o período; e (iii) redução do resultado financeiro negativo em função da redução do IPCA nos juros relacionados as debêntures.

10.3.2 Controladora

Companhia	31/12/2019 (reapresentado)	Adições	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	30/06/2020
PCH						
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	146.283	-	-	(4.493)	13.147	154.937
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	(6)	-	-	-	(6)	(12)
Chiplely SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	876.505	-	(894)	(3.412)	73.077	945.276
Eólico						
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(198.861)	-	-	-	(113.572)	(312.433)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	3.539	-	-	-	(581)	2.958
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(1.635)	-	-	-	(528)	(2.163)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(1.517)	-	-	-	(662)	(2.179)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(2.665)	-	-	-	(918)	(3.583)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	(3.249)	-	-	-	(720)	(3.969)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(1.455)	-	-	-	(454)	(1.909)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(9.500)	-	-	-	(653)	(10.153)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(1.275)	-	-	-	(355)	(1.630)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(3.546)	-	-	-	(752)	(4.298)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(11.173)	-	-	-	(699)	(11.872)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	4.801	-	-	-	(495)	4.306
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	(3.016)	-	-	-	(542)	(3.558)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	(5.415)	-	-	-	(671)	(6.086)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	(6.585)	-	-	-	(803)	(7.388)
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(940)	-	-	-	(419)	(1.359)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(5.308)	-	-	-	(315)	(5.623)
Centrais Eólicas Calianira S.A. - Em recuperação judicial	(3.343)	-	-	-	(217)	(3.560)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(3.148)	-	-	-	(223)	(3.371)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(498)	-	-	-	(154)	(652)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(547)	-	-	-	(167)	(714)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	(3.592)	-	-	-	(2.069)	(5.661)
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA. - Em recuperação judicial	(15.281)	-	-	-	(3.952)	(19.233)
Centrais Eólicas Itapua XX LTDA. - Em recuperação judicial	(33)	-	-	-	(10)	(43)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.320)	-	-	-	(170)	(1.490)
Centrais Eólicas Itapua IV LTDA. - Em recuperação judicial	(135)	-	-	-	(11)	(146)
Centrais Eólicas Itapua V LTDA. - Em recuperação judicial	(94)	-	-	-	(11)	(105)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(1)	-	-	-	1	-
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	27.850	45.867	-	-	-	73.717
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.640	-	-	-	-	12.640
Outras participações ⁽¹⁾	(46)	-	-	-	(21)	(67)
Comercialização						
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(175.746)	-	-	-	25.973	(149.773)
Total	611.688	45.867	(894)	(7.905)	(17.952)	630.804

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.

O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para passivo a descoberto de certas investidas no montante de R\$563.030 (R\$459.930, em 31 de dezembro de 2019).

- Continua -

- Continuação -

Companhia	01/01/2019 (reapresentado)	Adições	Ajuste de avaliação patrimonial	Cisão parcial	Equivalência patrimonial	Transferência para ativo mantidos para venda	30/06/2019 (reapresentado)
PCH							
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	127.366	-	-	-	8.865	-	136.231
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	(6)	-	(6)
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	814.027	-	(10.236)	-	36.764	-	840.555
Eólico							
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial ¹	-	56.206	-	100.530	(337.744)	181.008	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	-	-	-	(4.353)	4.353	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	-	-	-	(4.703)	4.703	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	-	-	-	(4.677)	4.677	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	-	-	-	(6.561)	6.561	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	-	-	-	(5.499)	5.499	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	-	-	-	(4.154)	4.154	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	-	-	-	(4.566)	4.566	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	-	-	-	(3.203)	3.203	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	-	-	-	(5.281)	5.281	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	-	-	-	(4.937)	4.937	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	-	-	-	(3.991)	3.991	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	-	-	-	(3.683)	3.683	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	-	-	-	(3.226)	3.226	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	-	-	-	(3.667)	3.667	-
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	-	-	-	(2.757)	2.757	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	-	-	-	(1.959)	1.959	-
Centrais Eólicas Calianira S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	-	-	-	(1.315)	1.315	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	-	-	-	(1.386)	1.386	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	-	-	-	(1.166)	1.166	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	-	-	-	(1.276)	1.276	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial ¹	-	2.713	-	31.773	(68.987)	34.501	-
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial ¹	-	1.037	-	(402)	(5.336)	4.701	-
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	(24)	-	-	-	(10)	-	(34)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	131.200	-	-	(131.901)	(473)	-	(1.174)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	(131)	-	-	-	(6)	-	(137)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	(84)	-	-	-	(8)	-	(92)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(1)	-	-	-	(1)	-	(2)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	45.614	-	-	(17.760)	(3)	-	27.851
Outras participações ²	(27)	-	-	-	(13)	-	(40)
Comercialização							
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(549.160)	-	-	-	(85.719)	-	(634.879)
Total	612.246	59.956	(10.236)	(17.760)	(525.037)	292.570	411.919

Nota 1: Investimento mantido para venda, em 30 de junho de 2019.

Nota 2: Demais empresas listadas na Nota 1.

10.3 Movimentação dos dividendos a receber

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.180	10.177
Dividendos propostos	27.539	-
Dividendos recebidos	<u>(36.719)</u>	<u>-</u>
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>-</u>	<u>10.177</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	10.177
Dividendos propostos	52.502	7.095
Dividendos recebidos	<u>(52.502)</u>	<u>-</u>
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>-</u>	<u>18.082</u>

Controladora: o saldo de R\$18.082, em 30 de junho de 2020, refere-se a dividendos a receber das controladas Enerbras (R\$10.052) e Chipley (R\$8.030).

Consolidado: contemplam os dividendos propostos e recebidos da controlada indireta Brasil PCH.

11. Imobilizado

11.1 Consolidado

		30/06/2020			31/12/2019		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos		595	-	595	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797	(26.761)	69.036	95.797	(25.644)	70.153
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336	(15.061)	31.275	46.336	(14.429)	31.907
Máquinas e equipamentos	4%	65.015	(24.186)	40.829	65.015	(23.178)	41.837
Móveis e utensílios	10%	142	(132)	10	142	(131)	11
Equipamento de informática	17%	245	(245)	-	245	(245)	-
Torres de medição	20%	22.692	(22.495)	197	22.692	(22.160)	532
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.615)	124	3.739	(3.363)	376
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.364)	8	2.372	(2.350)	22
Outros	14%	16	(14)	2	16	(14)	2
		236.949	(94.873)	142.076	236.949	(91.514)	145.435
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(3.424)	1.932	5.356	(3.156)	2.200
Benfeitorias	4%	854	(128)	726	854	(111)	743
Móveis e utensílios	10%	2.117	(1.622)	495	2.114	(1.519)	595
Softwares	20%	3.310	(3.306)	4	3.310	(3.294)	16
Equipamento de informática	20%	3.778	(3.506)	272	3.524	(3.472)	52
		15.415	(11.986)	3.429	15.158	(11.552)	3.606
Estoques							
Almoxarifado geral		14	-	14	14	-	14
Total do imobilizado em serviço		252.378	(106.859)	145.519	252.121	(103.066)	149.055
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		681.125	-	681.125	679.011	-	679.011
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		12.092	-	12.092	12.092	-	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias		273.116	-	273.116	273.074	-	273.074
Torres de medição		3.989	-	3.989	3.989	-	3.989
Aerogeradores		1.491.228	-	1.491.228	1.491.228	-	1.491.228
Equipamentos de subestação		446.785	-	446.785	445.995	-	445.995
Adiantamentos a fornecedores		888	-	888	679	-	679
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(1.417.496)	-	(1.417.496)	(1.413.850)	-	(1.413.850)
Total do imobilizado em curso		1.492.789	-	1.492.789	1.493.280	-	1.493.280
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		45.801	(9.273)	36.528	44.573	(6.173)	38.400
Total imobilizado		1.790.968	(116.132)	1.674.836	1.789.974	(109.239)	1.680.735

11.2 Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2019	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ¹	30/06/2020
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Usina					
Terrenos	595	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	46.336	-	-	-	46.336
Máquinas e equipamentos	65.015	-	-	-	65.015
Móveis e utensílios	142	-	-	-	142
Equipamento de informática	245	-	-	-	245
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	2.372
Outros	16	-	-	-	16
	<u>236.949</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>236.949</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.114	3	-	-	2.117
Softwares	3.310	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.524	254	-	-	3.778
	<u>15.158</u>	<u>257</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.415</u>
Estoques					
Almoxarifado geral	14	-	-	-	14
	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>252.121</u>	<u>257</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>252.378</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Usina					
Reservatórios, barragens e adutoras	(25.644)	(1.117)	-	-	(26.761)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(14.429)	(632)	-	-	(15.061)
Máquinas e equipamentos	(23.178)	(1.008)	-	-	(24.186)
Móveis e utensílios	(131)	(1)	-	-	(132)
Equipamento de informática	(245)	-	-	-	(245)
Torres de medição	(22.160)	(335)	-	-	(22.495)
Equipamentos de medição	(3.363)	(252)	-	-	(3.615)
Equipamentos de torres	(2.350)	(14)	-	-	(2.364)
Outros	(14)	-	-	-	(14)
	<u>(91.514)</u>	<u>(3.359)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(94.873)</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	(3.156)	(268)	-	-	(3.424)
Benfeitorias	(111)	(17)	-	-	(128)
Móveis e utensílios	(1.519)	(103)	-	-	(1.622)
Softwares	(3.294)	(12)	-	-	(3.306)
Equipamento de informática	(3.472)	(34)	-	-	(3.506)
	<u>(11.552)</u>	<u>(434)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.986)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(103.066)</u>	<u>(3.793)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(106.859)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>149.055</u>	<u>(3.536)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>145.519</u>

- Continua -

- Continuação -

	31/12/2019	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ¹	30/06/2020
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	679.011	2.530	(416)	-	681.125
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	12.092	-	-	-	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias	273.074	42	-	-	273.116
Torres de medição	3.989	-	-	-	3.989
Aerogeradores	1.491.228	-	-	-	1.491.228
Equipamentos de subestação	445.995	790	-	-	446.785
Adiantamentos a fornecedores	679	209	-	-	888
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.413.850)	(3.646)	-	-	(1.417.496)
Total do imobilizado em curso	1.493.280	(75)	(416)	-	1.492.789
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	44.573	1.511	-	(283)	45.801
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	(571)	(308)	-	-	(879)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(5.602)	(2.792)	-	-	(8.394)
Total direito de uso	38.400	(1.589)	-	(283)	36.528
Total do imobilizado	1.680.735	(5.200)	(416)	(283)	1.674.836

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no período.

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas (*)	Transferência para ativos mantidos para venda	30/06/2019
Imobilizado em serviço						
Custo						
Geração						
Usina						
Terrenos	595	-	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	46.336	-	-	-	-	46.336
Máquinas e equipamentos	65.015	-	-	-	-	65.015
Móveis e utensílios	142	-	-	-	-	142
Equipamento de informática	245	-	-	-	-	245
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	2.372
Outros	16	-	-	-	-	16
	<u>236.949</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>236.949</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.114	-	-	-	-	2.114
Softwares	3.310	-	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.524	-	-	-	-	3.524
	<u>15.158</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.158</u>
Estoques						
Almoxarifado geral	3	-	-	-	-	3
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>252.110</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>252.110</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Usina						
Reservatórios, barragens e adutoras	(23.410)	(1.118)	-	-	-	(24.528)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(13.165)	(633)	-	-	-	(13.798)
Máquinas e equipamentos	(21.164)	(1.006)	-	-	-	(22.170)
Móveis e utensílios	(127)	(2)	-	-	-	(129)
Equipamento de informática	(245)	-	-	-	-	(245)
Torres de medição	(20.064)	(1.335)	-	-	-	(21.399)
Equipamentos de medição	(2.652)	(358)	-	-	-	(3.010)
Equipamentos de torres	(1.876)	(236)	-	-	-	(2.112)
Outros	(13)	-	-	-	-	(13)
	<u>(82.716)</u>	<u>(4.688)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(87.404)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(2.620)	(268)	-	-	-	(2.888)
Benfeitorias	(78)	(16)	-	-	-	(94)
Móveis e utensílios	(1.307)	(106)	-	-	-	(1.413)
Softwares	(3.195)	(74)	-	-	-	(3.269)
Equipamento de informática	(3.156)	(181)	-	-	-	(3.337)
	<u>(10.356)</u>	<u>(645)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.001)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(93.072)</u>	<u>(5.333)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(98.405)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>159.038</u>	<u>(5.333)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>153.705</u>

- Continua -

- Continuação -

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas (*)	Transferência para ativos mantidos para venda	30/06/2019
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	259.979	4.224	(7.668)	(350)	6.367	262.552
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	186	-	-	-	-	186
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	4.729	-	-	(4.729)	-
Aerogeradores	-	1.428	(6.740)	(236)	5.548	-
Equipamentos de subestação	135	8.326	-	-	(8.326)	135
Adiantamentos a fornecedores	207	1.030	-	-	(1.030)	207
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(181.211)	(259.403)	-	-	259.421	(181.193)
Total do imobilizado em curso	80.358	(239.666)	(14.408)	(586)	257.251	82.949
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	-	43.299	-	-	(12.673)	30.626
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	-	(86)	-	-	-	(86)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	-	(1.511)	-	-	-	(1.511)
Total direito de uso	-	41.702	-	-	(12.673)	29.029
Total do imobilizado	239.396	(203.297)	(14.408)	(586)	244.578	265.683

(*) Efeito da conciliação de fornecedores no período.

11.3 Controladora

		30/06/2020			31/12/2019		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(22.495)	197	22.692	(22.160)	532
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.615)	124	3.739	(3.363)	376
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.364)	8	2.372	(2.350)	22
		<u>28.803</u>	<u>(28.474)</u>	<u>329</u>	<u>28.803</u>	<u>(27.873)</u>	<u>930</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(3.424)	1.932	5.356	(3.156)	2.200
Benfeitorias	4%	854	(128)	726	854	(111)	743
Móveis e utensílios	10%	2.117	(1.622)	495	2.114	(1.519)	595
Softwares	20%	3.310	(3.306)	4	3.310	(3.294)	16
Equipamento de informática	20%	3.759	(3.487)	272	3.506	(3.454)	52
		<u>15.396</u>	<u>(11.967)</u>	<u>3.429</u>	<u>15.140</u>	<u>(11.534)</u>	<u>3.606</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>44.199</u>	<u>(40.441)</u>	<u>3.758</u>	<u>43.943</u>	<u>(39.407)</u>	<u>4.536</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		16.491	-	16.491	60.368	-	60.368
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		50	-	50	50	-	50
Adiantamentos a fornecedores		11	-	11	11	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		<u>(1.185)</u>	<u>-</u>	<u>(1.185)</u>	<u>(1.722)</u>	<u>-</u>	<u>(1.722)</u>
Total do imobilizado em curso		<u>16.429</u>	<u>-</u>	<u>16.429</u>	<u>59.769</u>	<u>-</u>	<u>59.769</u>
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		22.761	(7.361)	15.400	23.044	(4.893)	18.151
Total imobilizado		<u>83.389</u>	<u>(47.802)</u>	<u>35.587</u>	<u>126.756</u>	<u>(44.300)</u>	<u>82.456</u>

11.4 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2019	Adições	Reclassificação ¹	Aumento de capital em controladas	30/06/2020
Imobilizado em serviço					
Geração					
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	2.372
	<u>28.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.114	3	-	-	2.117
Softwares	3.310	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.506	253	-	-	3.759
	<u>15.140</u>	<u>256</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.396</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>43.943</u>	<u>256</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.199</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Torres de medição	(22.160)	(335)	-	-	(22.495)
Equipamentos de medição	(3.363)	(252)	-	-	(3.615)
Equipamentos de torres	(2.350)	(14)	-	-	(2.364)
	<u>(27.873)</u>	<u>(601)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.474)</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	(3.156)	(268)	-	-	(3.424)
Benfeitorias	(111)	(17)	-	-	(128)
Móveis e utensílios	(1.519)	(103)	-	-	(1.622)
Softwares	(3.294)	(12)	-	-	(3.306)
Equipamento de informática	(3.454)	(33)	-	-	(3.487)
	<u>(11.534)</u>	<u>(433)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.967)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(39.407)</u>	<u>(1.034)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(40.441)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>4.536</u>	<u>(778)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.758</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	60.368	2.527	-	(46.404)	16.491
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	11	-	-	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.722)	-	-	537	(1.185)
Total do custo do imobilizado em curso	<u>59.769</u>	<u>2.527</u>	<u>-</u>	<u>(45.867)</u>	<u>16.429</u>
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	23.044	-	(283)	-	22.761
(-) Amortização contratos de arrendamento	<u>(4.893)</u>	<u>(2.468)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.361)</u>
	<u>18.151</u>	<u>(2.468)</u>	<u>(283)</u>	<u>-</u>	<u>15.400</u>
Total do imobilizado	<u>82.456</u>	<u>(719)</u>	<u>(283)</u>	<u>(45.867)</u>	<u>35.587</u>

	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	Redução de capital na Bahia Holding	30/06/2019
Imobilizado em serviço						
Geração						
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	2.372
	<u>28.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.114	-	-	-	-	2.114
Softwares	3.310	-	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.506	-	-	-	-	3.506
	<u>15.140</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.140</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>43.943</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.943</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Torres de medição	(20.064)	(1.335)	-	-	-	(21.399)
Equipamentos de medição	(2.652)	(358)	-	-	-	(3.010)
Equipamentos de torres	(1.876)	(236)	-	-	-	(2.112)
	<u>(24.592)</u>	<u>(1.929)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(26.521)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(2.620)	(268)	-	-	-	(2.888)
Benfeitorias	(78)	(16)	-	-	-	(94)
Móveis e utensílios	(1.307)	(106)	-	-	-	(1.413)
Softwares	(3.195)	(74)	-	-	-	(3.269)
Equipamento de informática	(3.138)	(181)	-	-	-	(3.319)
	<u>(10.338)</u>	<u>(645)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.983)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(34.930)</u>	<u>(2.574)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(37.504)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>9.013</u>	<u>(2.574)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.439</u>
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	49.890	3.105	(7.668)	(7.492)	17.760	55.595
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	207	-	-	-	-	207
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.722)	-	-	-	-	(1.722)
Total do custo do imobilizado em curso	<u>49.487</u>	<u>3.105</u>	<u>(7.668)</u>	<u>(7.492)</u>	<u>17.760</u>	<u>55.192</u>
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	-	21.812	-	(415)	-	21.397
(-) Amortização contratos de arrendamento	-	(1.442)	-	-	-	(1.442)
	<u>-</u>	<u>20.370</u>	<u>-</u>	<u>(415)</u>	<u>-</u>	<u>19.955</u>
Total do imobilizado	<u>58.500</u>	<u>22.343</u>	<u>(7.668)</u>	<u>(7.907)</u>	<u>17.760</u>	<u>81.586</u>

11.5 Imobilização em serviço

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

11.6 Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em projetos hídricos, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL. Registram também os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento. Em virtude do encerramento das negociações de venda do Complexo Eólico AS III, os montantes anteriormente registrados na rubrica de ativos mantidos para venda foram reclassificados para o grupo de imobilizado, subgrupo imobilizado em curso.

11.7 Composição do imobilizado por projeto

Em 30 de junho de 2020 o imobilizado em curso consolidado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A ⁽¹⁾			
ACL (Light I) ⁽²⁾	1.556.296	(701.732)	854.564
LER 2013	831.068	(409.425)	421.643
	<u>2.387.364</u>	<u>(1.111.157)</u>	<u>1.276.207</u>
Alto Sertão III - Fase B ⁽³⁾			
ACL (Light II)	151.956	(78.815)	73.141
ACL (Mercado livre II)	86.983	(46.331)	40.652
	<u>238.939</u>	<u>(125.146)</u>	<u>113.793</u>
Outros			
Outras imobilizações em curso ⁽⁴⁾	102.789	-	102.789
Total do imobilizado em curso	<u>2.729.092</u>	<u>(1.236.303)</u>	<u>1.492.789</u>

Nota 1: Conforme mencionado na nota explicativa 1.1, a Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas resoluções autorizativas dos parques eólicos do Complexo Alto Sertão III – Fase A e nos Contratos de Energia de Reserva do LER 2013 e LER 2014. A Administração da Companhia vem atendendo aos prazos estabelecidos nos referidos procedimentos administrativos com o objetivo de demonstrar a ANEEL conexão e benefícios entre tais obrigações e os dois novos Planos de Recuperação Judicial apresentados em julho de 2020 e sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Credores prevista para ocorrer em setembro de 2020. Dessa forma, nenhuma provisão adicional foi constituída.

Nota 2: Os ativos pertinentes ao LER 2014 encontram-se alocados, para fins contábeis, na linha “ACL (Light 1)” acima.

Nota 3: Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou as outorgas de autorização desses projetos eólicos, tendo a Administração da Companhia apresentado a Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de

revogação das autorizações. Considerando o processo de recuperação judicial, esse pedido de reconsideração foi complementado para a sua aderência à nova situação da Companhia e continua pendente de julgamento por parte da ANEEL. Face a isto, a Administração da Companhia entende ser desnecessária qualquer provisão complementar de *impairment* para esses ativos. Conforme divulgado na Nota 17 a), a Companhia constituiu provisão de R\$61.080 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, para fazer face às penalidades impostas pela ANEEL em decorrência do cancelamento dessas outorgas.

Nota 4: Inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relacionados ao desenvolvimento e manutenção do portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, sem prazo de conclusão. A Administração entende que estes projetos são aptos a participar de leilões de energia, não sendo identificado em 30 de junho de 2020 a necessidade de qualquer provisão complementar de *impairment*.

11.8 Baixa de projetos

A Companhia revisa seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e inventários de PCH periodicamente. Após revisão de seu portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, a Companhia concluiu que em 30 de junho de 2020 não havia projetos a serem baixados, além dos montantes já baixados anteriormente.

Em 8 de maio de 2019, a Companhia concluiu as condições precedentes previstas em contrato e entregou o projeto eólico em desenvolvimento Seridó a determinado fornecedor, com o objetivo de amortizar o montante de R\$10.000 do total da dívida com este fornecedor de determinadas controladas da Companhia que fazem parte do AS III – Fase A. Assim, os gastos com esse projeto, que totalizaram R\$6.518 anteriormente reconhecidos no ativo foram baixados. A Companhia reconheceu o crédito a receber destas controladas no montante de R\$10.000, que deverá ser aportado como aumento de capital até 31 de dezembro de 2020.

Em agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a assinatura do Instrumento Particular de Assunção e Confissão de Dívida e Outras Avenças, sujeito a certas condições resolutivas com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. que assumiu a obrigação de quitar uma dívida da Companhia no valor de R\$43.000 junto ao Banco BTG Pactual decorrente do instrumento de confissão de dívida firmado entre Companhia e o BTG e em contrapartida de tal assunção, a Companhia cedeu em pagamento o projeto em desenvolvimento denominado Facheiro I. No momento, a maioria das condições precedentes da transação acima foram cumpridas, todavia não foram completamente concluídas, desta forma, a Companhia mantém um saldo em 30 de junho de 2020 no montante de R\$25.375 em outras contas a pagar, aguardando o cumprimento total das condições precedentes que ainda restam pendentes para a conclusão integral da referida transação.

11.9 Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1, a Administração aceitou em março de 2020 proposta vinculante de financiamento para dar continuidade às obras para conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III. Desta forma, a Companhia procedeu para 31 de março de 2020 a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado utilizando o método do valor em uso dos ativos e considerando a taxa de desconto real (calculada pela metodologia wacc) utilizada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos de 8,89% ao ano, o qual resultou em uma perda complementar de R\$3.646, nos parques eólicos do Alto Sertão III – Fase A. Essa perda complementar foi registrada no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2020, cujo saldo da provisão para perda ao valor recuperável dos ativos na data base é de R\$1.417.496 (R\$1.413.850 em 31 de dezembro de 2019).

Para o semestre findo em 30 de junho de 2020, a Administração efetuou a revisão da provisão constituída e não identificou a necessidade de complemento da provisão para redução ao valor recuperável.

Considerando o cenário descrito na nota explicativa 1.3, quando da aprovação do seu plano de recuperação judicial na Assembleia Geral de Credores, a Companhia reavaliará o valor de realização dos seus ativos e liquidação dos seus passivos.

11.10 Bens dados em garantia

As controladas indiretas Espra e Diamantina possuem bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.389.405, conforme nota 14.3.

11.11 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos e reconstituição do terreno. A Companhia estima um custo aproximado de R\$57.000, calculado a valor presente, a ser contabilizado quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos que atualmente encontram-se em construção, conforme sua prática contábil. A mensuração inicial será reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

12. Direito de uso – Arrendamentos

Para o semestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia e suas controladas identificaram 2.278 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma IFRS 16, sendo 2.109 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento, 148 aos parques eólicos em construção e 14 às PCHs em operação e ainda 7 contratos de aluguel de sedes administrativas.

Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

Ativo	30/06/2020		Passivo	30/06/2020	
	Consolidado	Controladora		Consolidado	Controladora
Não circulante			Circulante		
Imobilizado			Arrendamentos a pagar	11.726	8.068
Direito de uso do ativo arrendado	45.801	22.761	(-) Juros a apropriar	(5.223)	(2.082)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(9.273)	(7.361)	Total do passivo circulante	6.503	5.986
	36.528	15.400	Não circulante		
			Arrendamentos a pagar	85.606	16.996
			(-) Juros a apropriar	(50.320)	(3.521)
			Total do passivo não circulante	35.286	13.475
Ativo total	36.528	15.400	Passivo total	41.789	19.461

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas informações contábeis intermediárias.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do período a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Custo		
Amortização direito de uso	308	-
Despesa		
Amortização direito de uso	2.792	2.467
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento	2.813	1.240
Total	<u>5.913</u>	<u>3.707</u>

Em 30 de junho de 2020, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2020	2.686	6.853
2021	4.931	9.392
2022	4.339	8.787
2023	3.791	7.648
2024	3.302	6.775
2025 a 2029	13.335	18.363
2030 a 2034	9.750	15.251
2035 a 2039	7.234	9.487
2040 a 2044	4.831	9.485
2045 a 2050	1.344	5.291
Total	<u>55.543</u>	<u>97.332</u>

13. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Fornecedores	369.201	345.579	45.662	46.165

Em 30 de junho de 2020, o saldo consolidado de fornecedores inclui, principalmente, valores referentes aos contratos de fornecimento de equipamentos e materiais para a construção dos parques do Complexo Eólico AS III e outros referentes a aerogeradores, subestações e construção civil. Inclui também valores referentes a negociação com fornecedores, bem como os encargos financeiros quando aplicável.

De acordo com a sua política contábil e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou seu passivo com fornecedores provisionando os juros com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Esses valores serão revisados e atualizados quando da aprovação do Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia Geral de Credores mencionado na Nota 1.3.



14. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas

14.1 Consolidado

		Consolidado									
		30/06/2020				31/12/2019					
		Circulante			Não circulante	Total geral	Circulante			Não circulante	Total geral
	Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
Moeda Nacional											
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espra	(14.6.a) 9,5% a.a. (8,08% a.a.)*	1.436	4.636	6.072	56.560	62.632	16	7.842	7.858	55.299	63.157
Finep - CEOL Itaparica	(14.6.b) 3,5% a.a.	-	-	-	-	-	13	8.489	8.502	-	8.502
Banco Safra	(14.6.b) INPC	198	2.557	2.755	-	2.755	-	-	-	-	-
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C")	(14.6.c) TJ6 + 8,15% a.a.	265.826	254.782	520.608	-	520.608	241.580	248.977	490.557	-	490.557
Citibank	(14.6.d) 155% CDI	11.899	185.614	197.513	-	197.513	6.274	185.614	191.888	-	191.888
BTG Pactual	(14.6.d) 155% CDI	11.633	171.027	182.660	-	182.660	5.747	171.027	176.774	-	176.774
Banco Modal	(14.6.d) 100% CDI + 6% a.a.	9.522	16.042	25.564	-	25.564	7.081	16.042	23.123	-	23.123
Banco Bradesco	(14.6.d) 100% CDI + 2,5% a.a.	439	4.255	4.694	-	4.694	328	4.255	4.583	-	4.583
Banco Itaú	(14.6.d) 100% CDI + 2,5% a.a.	298	4.420	4.718	-	4.718	326	4.253	4.579	-	4.579
Banco Bradesco	(14.6.d) 12,68% a.a.	18.950	343.501	362.451	-	362.451	113	341.106	341.219	-	341.219
Banco Itaú	(14.6.d) 12,68% a.a.	11.391	121.213	132.604	-	132.604	41	124.795	124.836	-	124.836
Banco ABC	(14.6.d) 12,68% a.a.	4.556	48.486	53.042	-	53.042	17	49.917	49.934	-	49.934
Citibank	(14.6.d) 12,68% a.a.	7.620	80.808	88.428	-	88.428	28	83.221	83.249	-	83.249
Subtotal dos empréstimos e financiamentos		343.768	1.237.341	1.581.109	56.560	1.637.669	261.564	1.245.538	1.507.102	55.299	1.562.401
Custo de captação da operação		-	-	-	-	-	-	(103)	(103)	-	(103)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		343.768	1.237.341	1.581.109	56.560	1.637.669	261.564	1.245.435	1.506.999	55.299	1.562.298
*15% de bônus de inadimplência											

*15% de bônus de adimplência

14.2 Controladora

		Circulante					
		30/06/2020			31/12/2019		
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>
Citibank ^(14.6.d)	155% CDI	11.899	185.614	197.513	6.274	185.614	191.888
BTG Pactual ^(14.6.d)	155% CDI	11.633	171.027	182.660	5.747	171.027	176.774
Banco Safra ^(14.6.b)	INPC	198	2.557	2.755	-	-	-
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS		23.730	359.198	382.928	12.021	356.641	368.662

		Não circulante		
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>
Debêntures privadas ^(14.6.e)	TR + 0,5% a.a.	47	51.000	51.047

14.3 Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 30 de junho de 2020, é garantido da seguinte forma:

	<u>BNB</u> <u>(nota 14.6.a)</u>	<u>BNDES</u> <u>(nota 14.6.c)</u>	<u>Banco BTG</u> <u>(nota 14.6.d)</u>	<u>Total</u>
Recebíveis da Espra	400.185	-	400.185	400.185
Penhor de ações da Enerbras	154.937	-	154.937	154.937
Hipoteca/alienação de bens do ativo imobilizado	141.744	1.247.661	141.744	1.389.405
Caução em dinheiro (Nota 9)	11.700	-	-	11.700
Total	708.566	1.247.661	696.866	1.956.227

As demais garantias relacionadas aos financiamentos estão descritas na Nota 14.6.

14.4 Movimentação

a. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	320.926	91.330	412.256	250.238	91.330	341.568
Encargos financeiros provisionados	-	92.654	92.654	-	15.874	15.874
Encargos financeiros pagos	-	(2.417)	(2.417)	-	-	-
Comissões e outras penalidades	2.849	-	2.849	-	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(22.047)	-	(22.047)	-	-	-
Atualização e incorporação de juros ao principal*	(123.262)	123.262	-	-	-	-
Apropriação dos custos de captação	13	-	13	-	-	-
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	139.399	(197.130)	(57.731)	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2019	317.878	107.699	425.577	250.238	107.204	357.442
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.300.734	261.564	1.562.298	356.641	12.021	368.662
Assunção de dívida de controlada	-	-	-	2.557	-	2.557
Encargos financeiros provisionados	-	83.592	83.592	-	11.709	11.709
Encargos financeiros pagos	-	(1.388)	(1.388)	-	-	-
Comissões e outras penalidades	941	-	941	-	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(7.877)	-	(7.877)	-	-	-
Apropriação dos custos de captação	103	-	103	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2020	1.293.901	343.768	1.637.669	359.198	23.730	382.928

(*) movimentação realizada em função do remanejamento de parte do subcrédito "A" para o subcrédito "C".

b. A movimentação das debêntures privadas está apresentada a seguir:

	Controladora		
	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-
Captação de debêntures privadas	51.000	-	51.000
Encargos financeiros provisionados	-	47	47
Saldos em 30 de junho de 2020	51.000	47	51.047

14.5 Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento e são relacionadas ao empréstimo da controlada indireta Espra (nota 14.6(a)):

Ano de vencimento	30/06/2020
	Consolidado
2021	5.314
2022	11.388
2023	11.388
2024	11.388
2025	11.388
2026	5.694
Total	56.560

14.6 Resumo dos contratos

a. Contrato BNB

A controlada indireta Espra, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096, com vencimento em 30 de junho de 2026.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata (R\$141.744), o penhor de ações da Enerbras (R\$154.937), o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espra, no valor de R\$400.185 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$11.700, em 30 de junho de 2020, que deverá ser mantida durante todo o prazo da operação de financiamento (Nota 9). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

Em 28 de abril de 2020, a controlada indireta Espra repactuou o contrato de financiamento com o BNB, segundo Resolução 4.798, de 6 de abril de 2020, do Conselho Monetário do Brasil, suspendendo as parcelas com vencimento de abril a dezembro de 2020 e redistribuindo-as entre as demais parcelas de principal, mantendo-se o prazo final do contrato original. Durante esse período, os encargos serão capitalizados, voltando a ser exigidos juntamente com as novas parcelas de principal.

b. FINEP

Em 19 de dezembro de 2013 a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP no montante de R\$107.960, cujos recursos seriam destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possuía carência de 36 meses entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deveria ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024.

Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento pela controlada Itaparica, a FINEP decretou vencimento antecipado do financiamento e o Banco Safra, na qualidade de fiador, honrou a integridade da dívida junto a FINEP

utilizando R\$6.097 de recursos da Companhia aplicados em CDB no mesmo banco e se sub-rogou no saldo remanescente de R\$2.557.

c. BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito “A” no valor de R\$140.000 e Subcrédito “B” no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito “B” com a criação do subcrédito “C” no valor de R\$163.963.

Em 15 de maio de 2019 e 19 de julho de 2019, foram criados os subcréditos “D” e “E” decorrente da incorporação ao saldo devedor do contrato do valor devido a título de Comissão de Renegociação, no valor de R\$2.433 e R\$2.487, respectivamente, corrigidos pela taxa média SELIC mais sobretaxa fixa, acrescidos de remuneração de 8,55% a.a. e 8,63% a.a., quitados em 19 de julho de 2019 e 15 de agosto de 2019, respectivamente.

Em 15 de agosto de 2019, o BNDES prorrogou os prazos de carência e de amortização do contrato de financiamento mencionado acima para 15 de setembro de 2019 e 15 de outubro de 2019, respectivamente, incluindo a liquidação parcial de R\$12.000 da parcela da dívida nesta mesma data.

Em setembro de 2019, foi incorporado ao saldo devedor do financiamento, o montante de R\$28.023 decorrente de inadimplimentos não financeiros e penalidades. Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento.

São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A., Diamantina Eólica Participações S.A. e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) cessão fiduciária de 34,72% dos dividendos da Chipley, (iii) penhor das máquinas e equipamentos, (iv) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (v) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (vi) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vii) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima.

d. Outros empréstimos – capital de giro

Em 10 de novembro de 2015, a controlada Alto Sertão Participações S.A. emitiu uma Cédula de Crédito Bancário de R\$15.000 acrescida de 100% do CDI mais uma taxa pré-fixada de 6% a.a. junto ao Banco Modal S.A. cujo vencimento ocorreu em 10 de setembro de 2019. Essa operação tem a Companhia e a Diamantina Eólica como avalistas.

Em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. As penalidades previstas em contrato para o inadimplemento do pagamento são juros de mora de 1% ao mês e multa compensatória de 2% sobre os valores devidos, bem como ressarcimento das custas e honorários incorridos pelo Citibank. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank, uma Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$185.614, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência de principal. A amortização do principal e o pagamento dos juros serão trimestrais. As principais garantias da operação são: i) aval da Chipley e ii) Cessão fiduciária de 35,28% dos dividendos distribuídos pela Chipley à Renova.



Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento, o Citibank decretou vencimento antecipado da CCB, cujo saldo foi integralmente reclassificado para o passivo circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em 29 de junho e 23 de agosto de 2017, a Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida (CD 8/17 e 14/17) com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$54.228 e R\$89.323, respectivamente. Em 3 de maio de 2019, a Companhia assinou o 2º e 1º aditivos a esses instrumentos estabelecendo as seguintes condições de pagamento: o valor do principal da dívida será pago em 20 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, após o período de carência de 1 ano a contar de 3 de maio de 2019. O principal está sujeito a juros remuneratórios de 155% a.a. do CDI, juros esses que serão pagos durante todo o prazo da dívida em parcelas trimestrais, sem nenhum período de carência.

São garantias a essa operação a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbras detidas pela Companhia, penhor em 2º grau da totalidade das ações de emissão da Espira, penhor em 2º grau dos direitos emergentes das PCHs do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata e hipoteca em 2º grau dos imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata.

Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento, mesmo o Banco BTG não tendo decretado o vencimento antecipado da dívida, a Companhia reclassificou o saldo integral da dívida para o passivo circulante, conforme determina a norma contábil.

Em 19 de julho de 2019, a controlada indireta Diamantina Eólica contratou Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. São garantias da operação cartas fianças emitidas pela controlada Chipley e pela então controladora Light S.A. na proporção de 36,23% e 63,77%, respectivamente. Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento pelas controladas Diamantina e Chipley, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.893 (Nota 17) restando um saldo a pagar em favor dos Bancos de R\$9.412, bem como um saldo no valor de R\$15.893 perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB.

e. Debêntures privadas

Em 24 março de 2020 a Companhia emitiu o Instrumento particular de escritura da 4ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, no valor de R\$51.000, em uma única série, com vencimento em 24 de março de 2025, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pela controlada Chipley. Os recursos decorrentes dessa emissão foram destinados ao reforço do capital de giro da Companhia.

De acordo com a sua política contábil e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou seu passivo com instituições financeiras provisionando os encargos com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Esses valores serão revisados e atualizados quando da aprovação do Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia Geral de Credores mencionado na Nota 1.3.

15. Tributos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
IRPJ a pagar	267	274	-	-
CSLL a pagar	451	454	-	-
COFINS a recolher	174	132	35	-
PIS a recolher	28	22	6	-
Tributos sobre folha de pagamento	1.680	1.139	1.680	1.139
Tributos retidos de terceiros	3.235	4.766	2.281	2.794
Tributos sobre operações de mútuo	9.899	8.300	1.369	1.204
Tributos em parcelamento	21.804	23.394	6.010	6.282
Outros impostos a recolher	542	39	-	-
TOTAL	38.080	38.520	11.381	11.419
Apresentados como:				
Circulante	23.652	21.868	8.153	7.722
Não circulante	14.428	16.652	3.228	3.697
Total	38.080	38.520	11.381	11.419

O saldo referente a tributos em parcelamento da Controladora, no valor de R\$6.010, inclui débitos de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 1.541 incluídos no programa de parcelamento instituído pela Lei 13.496, de 24 de outubro de 2017, cuja consolidação ocorreu em dezembro de 2018 e a Companhia aguarda deferimento da Receita Federal, para posterior compensação com prejuízos fiscais existentes. Além disso, a Companhia aderiu no ano de 2019 ao parcelamento simplificado de débitos de IRRF sobre as operações de mútuo, optando pelo pagamento em 60 prestações, sem redução de juros, cujo saldo a pagar em 30 de junho de 2020 corresponde a R\$ 4.469.

Em 2019, determinadas controladas como a Chipley SP Participações, Renova Comercializadora de Energia e determinadas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III, incluíram os saldos a pagar de IRRF, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IOF sobre as operações de mútuo no programa de parcelamento simplificado de débitos fiscais da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses e seguem apresentados na linha de “Tributos em parcelamento” no consolidado no quadro acima.

Cabe ressaltar que em função da publicação da Portaria ME nº 201, de 11 de maio de 2020, foram suspensos os débitos automáticos das prestações dos parcelamentos com vencimento em maio, junho e julho de 2020. As referidas parcelas tiveram seu vencimento prorrogado para agosto, outubro e dezembro de 2020, respectivamente, em decorrência da pandemia da Covid-19.

Sobre as parcelas prorrogadas incidirão juros (Taxa Selic) até a data da quitação e serão debitadas junto com as parcelas a vencer nos meses de agosto, outubro e dezembro.

Os Tributos sobre a folha de pagamento também tiveram seus vencimentos postergados em decorrência da pandemia. Assim, conforme Portaria ME nº 139, de 3 de abril de 2020 o pagamento do INSS das competências março/2020, abril/2020 e maio/2020, foi postergado para agosto/2020, outubro/2020 e novembro/2020, respectivamente.

16. Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás (consolidado)

	Passivo	
	30/06/2020	31/12/2019
Circulante		
Eletrobras	5.438	10.064
CCEE	44.580	38.751
Total do circulante	50.018	48.815
Não circulante		
Eletrobras	13.557	12.713
CCEE	4.539	2.826
Total do não circulante	18.096	15.539
Total	68.114	64.354

Eletrobrás

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada indireta Espra e a Eletrobrás, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobrás, sendo a parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o Governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do Mecanismo de Relocação de Energia ("MRE"), com efeito iniciando em 2015. A controlada indireta Espra aderiu à repactuação do risco hidrológico referente às PCHs Colino I, Cachoeira da Lixa e Colino II, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 12,45 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa e de 14,68 R\$/MWh para Colino II (data-base de janeiro de 2020 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

CCEE

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega).

Os valores provisionados decorrem do reconhecimento da multa que está sendo aplicada pela CCEE pelo não fornecimento de energia em função da não conclusão dos parques eólicos, calculada conforme parágrafo anterior.

16.1 Movimentação

A movimentação dos períodos está apresentada a seguir:

	31/12/2019	Provisão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	30/06/2020
Eletrobras	22.777	362	-	(4.144)	18.995
CCEE	41.577	-	7.542	-	49.119
Total do passivo	64.354	362	7.542	(4.144)	68.114

	31/12/2018	Provisão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	30/06/2019
Eletrobras	33.778	493	-	(6.640)	-	27.631
CCEE	-	-	21.919	(10.220)	(11.699)	-
Total do passivo	33.778	493	21.919	(16.860)	(11.699)	27.631

17. Outras contas a pagar

	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Penalidades ANEEL ^(a)	67.020	67.020
Outros ^(b)	86.438	43.931
Total	153.458	110.951
Apresentados como:		
Circulante	109.174	109.927
Não circulante	44.284	1.024
Total	153.458	110.951

(a) O saldo a pagar a ANEEL no montante de R\$67.020 refere-se à penalidades aplicadas pelo (i) cancelamento das outorgas, em 21 de dezembro de 2017, dos parques Unha D'anta, Jurema Preta e Saboeiro, do Complexo Eólico AS III Fase A, no montante de R\$5.940 e (ii) cancelamento das outorgas dos projetos relacionados a parques eólicos da Fase B do Complexo Eólico AS III, no montante de R\$61.080, ocorrida em 4 de junho de 2019.

(b) Refere-se, substancialmente a outras contas a pagar relacionados a: i) negociação realizada com a Casa dos Ventos, conforme descrito na Nota 11.8, no montante de R\$25.375, ii) valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na Nota 14.6, no montante atualizado de R\$16.381, e iii) passivo com a AES, que será quitado futuramente seja por meio do plano de recuperação judicial, em caso de concursabilidade, seja por outros meios, inclusive um possível encontro de contas contra créditos futuros, em caso de não sujeição de tal crédito ao plano de recuperação judicial, no montante de R\$43.391 (nota 1.2.1).

18. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 30 de junho de 2020, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$150.966 (31 de dezembro de 2019, R\$195.175), sendo R\$51.782 cíveis, R\$9.698 trabalhistas, R\$89.318 fiscais e R\$168, administrativas. A seguir apresentamos a movimentação do semestre findo em 30 de junho de 2020:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	96.944	8.757	89.318	156	195.175
Adição ^(a)	8.127	1.046	-	-	9.173
Atualização	19	197	-	12	228
Baixa	(3.525)	(302)	-	-	(3.827)
Transferência ^(b)	(43.391)	-	-	-	(43.391)
Pagamento ^(c)	(6.392)	-	-	-	(6.392)
Saldos em 30 de junho de 2020	<u>51.782</u>	<u>9.698</u>	<u>89.318</u>	<u>168</u>	<u>150.966</u>

(a) refere-se substancialmente a complemento de provisão para processo cível relacionado a arbitragem (Nota 1.2.1) no montante de R\$3.638 e complemento de provisão para ação cível ajuizada por terceiros, no montante de R\$4.489.

(b) refere-se substancialmente a transferência da provisão para arbitragem para a conta de outras contas a pagar tendo em vista a sentença foi liquidada com garantias constituídas por terceiro (Nota 1.2.1 e 17).

(c) refere-se a decisão judicial parcial em favor do reclamante que culminou na liberação do depósito judicial no montante de R\$6.392 pago ao fornecedor conforme descrito no item i(a) abaixo.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$297.354 (31 de dezembro de 2019, R\$203.177), sendo R\$290.820 (31 de dezembro de 2019, R\$196.829) cíveis, R\$2.912 (31 de dezembro de 2019, R\$2.764) administrativas e R\$3.622 trabalhistas (31 de dezembro de 2019, R\$3.584), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o período findo em 30 de junho de 2020.

Os processos classificados como perda provável e possível questionam principalmente os seguintes temas:

Prováveis

(i) Cíveis - refere-se basicamente a:

a) ação cível ajuizada pela Elite Serviços Administrativos e Processamento de Dados Ltda. que tem como objeto o possível descumprimento do contrato de prestação de serviço por parte da Companhia pelo não pagamento das obrigações deste contrato, para o qual a Companhia ingressou com ação declaratória para rescisão do contrato e reconhecimento do desequilíbrio contratual. A Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e constituiu provisão de R\$33.278.

b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$18.504 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas.

Possíveis

- (i) Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se: processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com diversos arrendantes cujo montante total corresponde a R\$262.614 (R\$178.429, 31 de dezembro de 2019) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. Ademais, a Companhia interpôs recurso que foi julgado procedente em março de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplemento, que consiste em correção monetária pelo índice indicado em contrato, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor da anuidade em atraso.
- (ii) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda possível, no montante de R\$28.206 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas.

18.1 Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Como divulgado no Fato Relevante publicado em 20 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia constituiu, em março de 2018, um Comitê de Monitoramento formado por membros do próprio Conselho de Administração e também do Conselho Fiscal para supervisionar a realização de uma investigação interna, conduzida por empresa independente especializada em investigações forenses com suporte de um escritório de advocacia externo inicialmente para avaliação dos fatos tornados públicos relativos à investigação conduzida pela Polícia Civil de Minas Gerais (Investigação Mineira) que depois foi expandida para abranger os fatos tornados públicos relativos a outras investigações, inclusive aqueles relacionados à Operação “Descarte” e a Operação “E o Vento Levou”. A investigação independente foi iniciada em março de 2018 e concluída em fevereiro de 2020.

Ao final da investigação interna, o escritório de investigação independente emitiu seu relatório final, que foi apresentado ao Comitê de Monitoramento e ao Conselho de Administração. O relatório final dessas investigações internas acabou por não identificar provas concretas de atos de corrupção ou desvios para campanhas políticas. Todavia, foram identificadas irregularidades na condução e efetivação de contratos, incluindo: (i) pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços no montante global aproximado de R\$40 milhões nos anos de 2012 a 2018, (ii) pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança no montante global aproximado de R\$137 milhões nos anos de 2012 a 2017 e (iii) falhas nos controles internos da Companhia.

Após análise minuciosa dos valores citados no relatório dos Investigadores Independentes a Administração concluiu que parte desses valores (R\$35 milhões) correspondem a gastos que resultaram em ativos efetivos da Companhia e assim devem ser mantidos. Por outro lado, a Administração constatou que o valor restante (R\$142 milhões) já havia sido lançado contra o resultado de exercícios em anos anteriores, e, portanto, não produziram nenhum impacto nas informações contábeis intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2020 e de períodos anteriores.

Ainda, como divulgado no citado Fato Relevante de 20 de fevereiro de 2020, a Companhia tem a informação de que os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou” e da Investigação Mineira ainda não foram finalizados, sendo que as autoridades governamentais poderão levar tempo adicional para concluir todos seus procedimentos de apuração dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes poderão ser reveladas no futuro.

Adicionalmente, em outubro de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração abrangendo os exercícios sociais de 2014 e 2015 contra a Companhia questionando a apuração dos cálculos dos Impostos de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF),



supostamente devidos pela Companhia em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento de IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais. Conquanto a Companhia tenha apresentado impugnação desse Auto de Infração, advogados externos contratados pela Companhia avaliaram como provável o risco de perda na esfera administrativa na defesa da Companhia. Ademais, em maio de 2020, a 1ª instância administrativa fiscal julgou improcedente a impugnação apresentada, tendo a Companhia decidido pela interposição de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Economia (CARF/ME) em 25 de junho de 2020. Diante disso, a Companhia decidiu por constituir uma provisão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de R\$89.318, sendo R\$8.037 a título de IRPJ, R\$2.893 a título de CSLL e R\$ 78.388 a título de IRRF, incluindo, em todos os casos, multas e juros, sem prejuízo de manter a contestação conforme impugnação apresentada dentro dos prazos legais.

Por fim a Companhia informa que em complemento as melhorias nos controles internos que vem sendo adotadas ao longo dos anos, especificamente em março de 2020 foi criada a Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade, a qual vem implementando uma série de planos de ação voltados ao fortalecimento do Programa de Compliance da Companhia, principalmente voltados a: (i) implementação de metas de gestão relacionadas a Compliance em todas as diretorias; (ii) revisão de políticas e procedimentos; (iii) implementação de monitoramento de terceiros de alto risco; (iv) comunicação e treinamento de colaboradores e (v) aprimoramento do canal de denúncia e de procedimentos de apuração de denúncias.

Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do programa de Governança e Conformidade da Renova Energia, também como parte do plano de resposta às fragilidades identificadas pela investigação interna. A Companhia continuará à disposição para colaborar com as investigações conduzidas pelas autoridades competentes e avaliará, com base nos resultados apurados, a conveniência e a oportunidade de recorrer aos mecanismos legais que forem adequados à conclusão definitiva dessas investigações.

19. Provisão para contrato oneroso

Em função do atraso da entrada em operação dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que atenderiam aos contratos no mercado livre, a controlada Renova Comercializadora mantém a obrigação dos contratos de compra e venda de energia com a CEMIG e a Light, cujos vencimentos estão previstos para agosto de 2035. Ambos os contratos estão inclusos no Plano de Recuperação Judicial. Considerando que os preços estabelecidos nesses contratos estavam inferiores aos preços da energia que estava sendo comprada para atendê-los, a Companhia identificou esses contratos como onerosos.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da provisão considerando os preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI era de R\$33.069 e em razão da revisão dos efeitos das operações destes contratos face aos preços de compra de energia atualmente praticados no mercado e com a revisão das projeções dos preços de energia até o final dos contratos, a Companhia reverteu o saldo no semestre findo em 30 de junho de 2020, cujos impactos foram registrados na rubrica de Outras receitas (despesas), líquidas.

20. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

b) Capital social

O capital social da Companhia, no valor de R\$2.960.776, em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, está dividido em 41.719.724 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 31.352.518 são ações ordinárias e 10.367.206 são ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Bloco de Controle ¹	26.328.648	83,98%	1	0,00%	26.328.649	63,11%
Ricardo Lopes Delneri	1.642.183	5,24%	-	0,00%	1.642.183	3,94%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	2,82%	-	0,00%	884.252	2,12%
CG II Fundo de Investimento	8.686.842	27,71%	-	0,00%	8.686.842	20,82%
Cemig GT	15.115.371	48,21%	1	0,00%	15.115.372	36,23%
Outros Acionistas	5.023.870	16,02%	10.367.205	100,00%	15.391.075	36,89%
CG II Fundo de Investimento	27.359	0,09%	406.795	3,92%	434.154	1,04%
Ricardo Lopes Delneri	170	0,00%	317	0,00%	487	0,00%
Renato do Amaral Figueiredo ²	36.162	0,12%	-	0,00%	36.162	0,09%
Renato do Amaral Figueiredo	293.578	0,94%	659.450	6,36%	953.028	2,28%
BNDESPAR	696.683	2,22%	1.393.366	13,44%	2.090.049	5,01%
InfraBrasil	1.165.148	3,72%	2.330.295	22,48%	3.495.443	8,38%
FIP Caixa Ambiental	547.030	1,74%	1.094.059	10,55%	1.641.089	3,93%
Outros	2.257.740	7,20%	4.482.923	43,24%	6.740.663	16,16%
Total	31.352.518	100,00%	10.367.206	100,00%	41.719.724	100,00%

Nota 1: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

Nota 2: Ações bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

Em 24 de março de 2020, a Companhia emitiu Comunicado ao Mercado informando a liquidação do CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP CG I"), e a transferência das ações de emissão da Companhia detidas pelo FIP CG I para seus cotistas CG II Fundo de Investimento, Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo. Essas mudanças não alteraram o bloco de controle, uma vez que os novos acionistas eram os únicos cotistas do FIP CG I.

c) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital.

d) Outros resultados abrangentes – Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao efeito reflexo dos ganhos ou perdas acumuladas dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa, considerados efetivos da controlada em conjunto Brasil PCH, que atrelou seus passivos financeiros de maior expressão a um indexador de preços que remunera os recebíveis ao I-GPM (nota 10.3.1).

21. Receita líquida

	Consolidado			
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
	MWh*	MWh*		
Geração				
Suprimento de energia elétrica - PCHs	76.989	60.987	24.485	22.370
Outras receitas				
Operações - comercialização de energia elétrica			-	60.665
			24.485	83.035
Deduções s/ receitas:				
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(893)	(6.428)
Total			23.592	76.607

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

22. Custos e despesas (receitas)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Custo dos serviços				
Compra de energia ⁽¹⁾	-	48.247	-	-
Custo da operação				
Serviços de terceiros	1.795	1.490	-	-
Seguros	102	106	-	-
Material de uso e consumo	521	518	-	-
Repactuação do risco hidrológico	1.065	1.016	-	-
Outros custos	7	160	-	-
	3.490	3.290	-	-
Depreciações e amortizações (Nota 11)	3.667	4.774	601	1.929
Encargos do uso do sistema de distribuição				
Tusd/Tust ⁽²⁾	339	266	-	-
Taxa de fiscalização	64	62	-	-
	403	328	-	-
Total	7.560	56.639	601	1.929
Despesas				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	10.479	13.792	5.041	5.849
Serviços de terceiros ⁽³⁾	12.869	3.435	8.427	4.823
Aluguéis e arrendamentos	264	240	12	-
Viagens	323	1.615	58	437
Seguros	3.926	2.689	378	164
Telefonia e TI	887	1.245	311	526
Material de uso e consumo	344	307	54	74
Contingências cíveis e trabalhistas	6.092	28.620	9.321	28.547
Outras despesas	1.434	1.258	374	249
	36.618	114.282	23.976	40.669
Depreciações e amortizações (Nota 11)	3.226	2.156	2.901	2.087
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 11.9)	3.646	259.403	-	-
Outras (receitas) despesas líquidas				
Indenizações contratuais ⁽⁴⁾	-	87.449	-	-
Multa sobre ressarcimento (Nota 16.1)	7.542	21.919	-	-
Perda na desativação de bens e direitos (Nota 11.2)	-	6.740	-	-
Tusd/Tust ⁽²⁾	11.390	12.173	-	-
Taxa de fiscalização	43	47	-	-
Licenças e estudos ambientais	495	2.263	-	-
Contrato oneroso (Nota 19)	(33.069)	(34.507)	-	-
Reversão provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins	(5)	(1.384)	-	-
Outras despesas (receitas)	(1.551)	98	(1.531)	(2.003)
	(15.155)	94.798	(1.531)	(2.003)
Total	28.335	470.639	25.346	40.753

- (1) Refere-se a aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial. Em dezembro de 2018, a Renova Comercializadora suspendeu seus contratos de compra e venda de energia e cedeu seus contratos de compra de energia com terceiro para a CEMIG GT e a LIGTHCOM.
- (2) TUSD - tarifa de uso do sistema de distribuição e TUST - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de TUST registrados nas despesas estão relacionados ao Complexo Eólico Alto Sertão III, cujos parques eólicos encontram-se com suas obras de construção paralisadas.
- (3) A Companhia registra nessa rubrica gastos com consultoria, auditoria, advogados, publicação de balanços e limpeza e segurança dos parques eólicos. Em junho de 2019 a Companhia estornou o montante de R\$4.865 referente a provisões para as quais não havia expectativa de realização.
- (4) Ressarcimento a ser pago a CEMIG GT (R\$62.575) e a CG I (R\$24.874), conforme aditivos celebrados com a Renova Comercializadora (Nota 25) em função da suspensão e cessão dos contratos de compra e venda de energia elétrica, reconhecidos no semestre findo em junho de 2019.

23. Resultado financeiro

	Nota	Consolidado		Controladora	
	<u>explicativa</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		613	758	236	61
Outras receitas financeiras		(1.108)	1.003	(1.025)	882
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira ¹		<u>(65)</u>	<u>(1.122)</u>	<u>(57)</u>	<u>(44)</u>
Total das receitas financeiras		<u>(560)</u>	<u>639</u>	<u>(846)</u>	<u>899</u>
Despesas financeiras					
Encargos da dívida	14.4	(83.592)	(92.654)	(11.709)	(15.874)
Juros - partes relacionadas	25	(35.353)	(46.600)	(44.082)	(19.961)
Juros		(22.895)	(19.866)	(1.124)	931
Fiança bancária para dívida		(5.658)	(9.942)	(107)	6
Comissões e outras penalidade (dívida)		-	(2.728)	-	-
IOF		(2.002)	(5.870)	(1.309)	(4.801)
Juros sobre obrigação de arrendamento	12	(2.813)	(2.893)	(1.240)	(1.394)
Outras despesas financeiras		<u>(621)</u>	<u>(5.706)</u>	<u>(309)</u>	<u>(912)</u>
Total das despesas financeiras		<u>(152.934)</u>	<u>(186.259)</u>	<u>(59.880)</u>	<u>(42.005)</u>
Total do resultado financeiro		(153.494)	(185.620)	(60.726)	(41.106)

- (1) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas que são eliminadas no consolidado.

24. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(103.781)	(604.792)	(104.625)	(608.825)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	35.286	205.629	35.573	207.001
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	(336)	(10.975)	(332)	(111)
Resultado da equivalência patrimonial	21.086	10.710	(6.104)	(178.513)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	723	2.125	-	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(9.659)	(85.514)	(3.831)	(9.830)
Prejuízo fiscal e base negativa	(46.256)	(117.942)	(25.306)	(18.547)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>844</u>	<u>4.033</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A controladora não apurou lucro tributável nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 e possui saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	30/06/2020	30/06/2019
Prejuízo fiscal do exercício	(74.430)	(54.549)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(911.811)	(814.060)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(986.241)</u>	<u>(868.609)</u>

25. Transações com partes relacionadas

25.1. Controladora

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
<u>Mútuo⁽¹⁾</u>								
Energética Serra da Prata S.A.	-	-	66.480	65.757	(1.918)	(1.680)	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	-	-	921	884	(33)	(14.646)	-	-
Chipley SP Participações S.A. - em recuperação judicial	-	-	207.299	199.777	(6.778)	(3.635)	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - em recuperação judicial	-	191	-	-	-	-	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	202	898	-	-	-	-	-	-
Subtotal	202	1.089	274.700	266.418	(8.729)	(19.961)	-	-
<u>Partes relacionadas⁽⁷⁾</u>								
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	774.960	728.266	(20.313)	-	-	-
CG II Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	-	-	302.597	287.557	(15.040)	-	-	-
Subtotal	-	-	1.077.557	1.015.823	(35.353)	-	-	-
<u>Rateio de despesa⁽²⁾</u>								
Energética Serra da Prata S.A.	946	1.053	-	-	-	-	(1.777)	(2.173)
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	877	150	-	-	-	-	(1.091)	(2.127)
Controladas - LER 2013	5.058	2.948	-	-	-	-	(2.110)	(1.115)
Controladas - ACL (Mercado livre I)	325	218	-	-	-	-	(107)	(167)
Controladas - ACL (Light I)	7.724	4.179	-	-	-	-	(3.545)	(1.782)
Controladas - ACL (Light II)	4.703	3.787	-	-	-	-	(916)	(1.433)
Controladas - ACL (Mercado livre II)	2.508	2.017	-	-	-	-	(491)	(764)
Subtotal	22.141	14.352	-	-	-	-	(10.037)	(9.561)
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital⁽³⁾</u>								
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	5.000	5.000	-	-	-	-
Alto Sertão Participações S.A. - em recuperação judicial	68.998	51.952	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - em recuperação judicial	1.054	568	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - em recuperação judicial	1.134	570	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - em recuperação judicial	1.262	694	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - em recuperação judicial	1.781	1.046	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. - em recuperação judicial	1.240	594	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - em recuperação judicial	997	499	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. - em recuperação judicial	1.250	759	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - em recuperação judicial	755	371	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. - em recuperação judicial	1.364	675	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - em recuperação judicial	1.389	719	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - em recuperação judicial	1.015	551	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - em recuperação judicial	893	509	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - em recuperação judicial	552	267	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - em recuperação judicial	696	344	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ico S.A. - em recuperação judicial	662	378	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - em recuperação judicial	543	275	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Calandra S.A. - em recuperação judicial	329	199	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - em recuperação judicial	404	243	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - em recuperação judicial	306	153	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - em recuperação judicial	352	191	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. - em recuperação judicial	1.163	993	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - em recuperação judicial	12.164	2.340	-	-	-	-	-	-
Outras participações	766	675	-	-	-	-	-	-
Subtotal	101.069	65.565	5.000	5.000	-	-	-	-
Total	123.412	81.006	1.357.257	1.287.241	(44.082)	(19.961)	(10.037)	(9.561)



25.2. Consolidado

	Consolidado								
	Ativo		Passivo		Receita	Custo	Despesa	Resultado financeiro	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
CEMIG Geração e Transmissão S.A.									
Contas a receber de clientes (venda de energia) ⁽⁴⁾	5	5	-	-	-	-	-	-	-
TARD ⁽⁶⁾	-	-	737.955	718.232	-	-	(62.575)	(19.723)	(30.990)
Adiantamento para futuro aumento de capital ⁽⁸⁾	-	-	5.000	5.000	-	-	-	-	-
Outras operações com partes relacionadas ⁽⁸⁾	-	-	37.005	10.033	-	-	-	(590)	-
Total	5	5	779.960	733.265	-	-	(62.575)	(20.313)	(30.990)
LIGHT COM Comercializadora de Energia									
Contas a receber de clientes (venda de energia) ⁽⁴⁾	-	-	-	-	25.317	-	-	-	-
Fornecedores (compra de energia)	-	-	-	-	-	(2.278)	-	-	-
Adiantamentos para compra de energia ⁽⁵⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.090)
TARD ⁽⁷⁾	-	-	-	-	-	-	(24.874)	-	(11.520)
Total	-	-	-	-	25.317	(2.278)	(24.874)	-	(15.610)
CG II Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia									
TARD ⁽⁷⁾	-	-	302.597	287.557	-	-	-	(15.040)	-
CLIME Trading Comercilaizadora de Energia Ltda.									
Contas a receber de clientes (venda de energia)	-	43	-	-	18.478	-	-	-	-
Fornecedores (compra de energia)	-	-	-	-	-	(16.944)	-	-	-
Total	-	43	-	-	18.478	(16.944)	-	-	-
	5	48	1.082.557	1.020.822	43.795	(19.222)	(87.449)	(35.353)	(46.600)

- Continua -

- Continuação -

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Apresentados como:				
<u>Circulante</u>	5	48	905.131	848.138
Ativo				
Contas a receber de clientes (Nota 7)	5	48	-	-
Passivo				
Partes relacionadas (Nota 25)	-	-	905.131	848.138
<u>Não circulante</u>	-	-	177.426	172.684
Passivo				
Partes relacionadas (Nota 25)	-	-	177.426	172.684
Total	5	48	1.082.557	1.020.822

25.3. Movimentação

	Consolidado	Controladora	
	Passivo	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2018	621.020	1.220	527.981
Adição	276.337	31.523	112.632
Amortização	-	(3.374)	(10.784)
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital e rateio de despesas	-	(6.424)	-
Encargos financeiros provisionados	46.600	-	19.961
Transferência para ativos mantidos para venda	-	(19.818)	-
Saldos em 30 de junho de 2019	943.957	3.127	649.790
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.020.822	81.006	1.287.241
Adição	26.382	44.655	30.442
Amortização	-	(2.249)	(4.508)
Encargos financeiros provisionados	35.353	-	44.082
Saldos em 30 de junho de 2020	1.082.557	123.412	1.357.257

25.4. Resumo das operações

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(1) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da controladora. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TR (TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a, até março de 2020). Em 31 de dezembro de 2019 o mútuo devido pela controladora a Renova Comercializadora foi quitado em contrapartida da assunção de dívidas da Renova Comercializadora junto a CEMIG GT.

De acordo com a sua política contábil e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou o saldo dos mútuos provisionando os encargos com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Esses valores serão revisados e atualizados quando da aprovação do Plano de recuperação judicial mencionado na nota 1.3.

(2) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia.

(3) Adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela controladora para as controladas e pela CEMIG GT na Companhia. Os acionistas das controladas confirmaram que os adiantamentos para futuro aumento de capital social realizados no período de dezembro de 2018 a setembro de 2019 e detidos pela Companhia em data anterior ao pedido de recuperação judicial, não serão capitalizados até que haja a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, em que serão estabelecidos os termos e condições para tal capitalização. Desta forma, a Administração entende que a melhor classificação desses adiantamentos para futuro aumento de capital é no passivo das investidas e não no patrimônio líquido, tendo em vista as incertezas inerentes e associadas a aprovação do plano de recuperação judicial e seus termos finais.

(4) Operação de compra e venda de energia, no âmbito dos contratos firmados entre as partes, conforme segue:

- a. Contrato Light I, com fornecimento de energia para a LIGHTCOM e para a CEMIG GT até agosto de 2035.
 - i. Em 20 de fevereiro de 2019 a Companhia assinou o 8º termo aditivo a esse contrato suspendendo o fornecimento da energia eólica incentivada contratada do período de janeiro a dezembro de 2019.
 - ii. Em 22 de março de 2019 a controlada Renova Comercializadora e a LIGHTCOM assinaram o 3º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica (Light I) para dentre outros assuntos: i) suspender o fornecimento da energia elétrica contratada para o período de 1º de dezembro de 2018 a 31 de dezembro de 2019; ii) alterar os volumes de energia elétrica contratada a serem disponibilizados durante o período de suprimento; e iii) alterar o preço da energia elétrica contratada.
 - iii. Em 10 de outubro de 2019 a controlada Renova Comercializadora e LIGHTCOM assinaram o 4º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica (Light I) para dentre outros assuntos: i) suspender o fornecimento da energia elétrica contratada para o período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de julho de 2020; ii) alterar os volumes de energia elétrica contratada a serem disponibilizados durante o período de suprimento; e iii) alterar o preço da energia elétrica contratada.
- b. Contrato Light II, com fornecimento para LIGHTCOM até 30 de junho de 2019. A partir de 1º de julho de 2019, esse contrato foi cedido para a Engie, conforme negociação de venda do Complexo Umburanas ocorrida em 2017.

(5) Adiantamentos realizados no âmbito do contrato de compra e venda de energia firmado a LIGHTCOM, a taxa de 155% do CDI, no montante de R\$162.054.

Entre janeiro e março de 2019, a Companhia recebeu de seu então acionista Light o montante de R\$37.752, a título de adiantamento para entrega futura de energia, referente ao período de novembro de 2020 a agosto de 2021, cujos valores foram atualizados à taxa de 155% do CDI.

Tendo em vista a suspensão do fornecimento de energia mencionada nos itens 4.a.(ii) e 4.a.(iii), os adiantamentos recebidos pela Renova Comercializadora, no valor total de R\$71.545, foram reconhecidos como dívida, conforme TARD 001/2019 e TARD 002/2019, respectivamente. Em virtude da transferência do controle societário mencionado na nota 20, o montante da dívida foi transferido para CG II.

(6) TARDs CEMIG – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados entre a CEMIG GT e a Renova Comercializadora, referentes aos adiantamentos recebidos, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos, conforme segue:

	TARD 047/2016	TARD 001/2017	TARD 002/2017	TARD 001/2018
Contrato de fornecimento de energia	25/03/2015 - PPA CEMIG	23/12/2013 - Lote 2	23/12/2013 - Lote 2	23/12/2013 - Lote 1
Data do recebimento	15 de dezembro de 2015	14 de junho de 2016	setembro e outubro de 2016	fevereiro, abril e maio de 2018
Valor recebido	R\$ 60.000	R\$ 94.000	R\$ 118.000	R\$ 55.880
Cessão/Ressarcimento	-	-	-	R\$ 51.879
Data da assinatura	27 de outubro de 2016	24 de novembro de 2017	24 de novembro de 2017	3 de agosto de 2018
Atualização*	155% do CDI	155% do CDI	155% do CDI	155% do CDI
Quitação	30 de dezembro de 2019	A partir de janeiro de 2020	A partir de maio de 2021	30 de dezembro de 2019
Parcela(s)	única	12	12	única
Saldos em 30 de junho de 2020	R\$ 104.978	R\$ 150.775	R\$ 177.426	R\$ 125.469

	TARD 001/2019	TARD 002/2019	TARD 004/2019	Total
Contrato de fornecimento de energia	23/12/2013 - Lote 1	23/12/2013 - Lote 1	Cessão dos contratos de compra e venda de energia	-
Data do recebimento	-	janeiro a outubro de 2019	-	-
Valor recebido	-	R\$ 83.300	-	R\$ 411.180
Cessão/Ressarcimento	R\$ 10.196	R\$ 45.987	R\$ 16.589	R\$ 124.651
Data da assinatura	20 de fevereiro de 2019	20 de fevereiro de 2019	30 de abril de 2019	-
Atualização*	155% do CDI	155% do CDI	155% do CDI	-
Quitação	30 de dezembro de 2019	30 de dezembro de 2019	30 de dezembro de 2019	-
Parcela(s)	única	única	única	-
Saldos em 30 de junho de 2020	R\$ 11.435	R\$ 149.696	R\$ 18.176	R\$ 737.955

(*) os valores deverão ser atualizados desde a data dos respectivos recebimentos até a data do efetivo pagamento.

Em 20 de fevereiro de 2019 foram assinados os seguintes TARDs:

- TARD 001/2019: reconhecendo como dívida o valor de R\$10.196 referente as cessões dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados pela controlada Renova Comercializadora com terceiros relativos à entrega de energia no mês de dezembro de 2018, a ser pago em parcela única atualizada a 155% do CDI até o vencimento.
- TARD 002/2019: considerando a suspensão do fornecimento de energia mencionada no item 4.a.i acima, os adiantamentos recebidos pela Renova Comercializadora referentes ao período de janeiro a outubro de 2019, no valor total de R\$83.300, foram reconhecidos como dívida, a ser paga em parcela única atualizada a 155% do CDI até o vencimento.

Adicionalmente, em decorrência da alteração do período de fornecimento, da assunção de determinados contratos de compra e venda de energia elétrica e ainda do ressarcimento pela redução do montante de energia eólica, a Renova Comercializadora deveria pagar a CEMIG GT o montante de R\$45.987, a ser paga em parcela única atualizada a 155% do CDI até o vencimento.

Em 30 de abril de 2019 a controlada Renova Comercializadora e a CEMIG GT assinaram o TARD 004/2019 reconhecendo como dívida o valor de R\$16.589 referente as cessões dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados pela controlada Renova Comercializadora com terceiros relativos à entrega de energia para o período de março a dezembro de 2019. Esse valor deveria ser pago até 09 de julho de 2019, em parcela única, atualizados a 155% do CDI.

Em 25 de setembro de 2019, as partes assinaram aditivos aos TARDs mencionados acima, nos quais a Renova Energia assume a totalidade do valor devido pela Renova Comercializadora à CEMIG GT e ainda prorrogaram o vencimento para 30 de dezembro de 2019.

Também em 25 de setembro de 2019, a controlada Renova Comercializadora e a CEMIG GT assinaram aditivos aos TARDs conforme segue:

- a) 1º aditivo aos TARD 001/2017 e 002/2017: a Renova Energia assumiu a totalidade do valor devido pela Renova Comercializadora a CEMIG GT.
- b) 9º aditivo ao TARD 047/2016 e 1º aditivo ao TARD 001/2018: a Renova Energia assumiu a totalidade do valor devido pela Renova Comercializadora a CEMIG GT e prorroga o vencimento do TARD para 30 de dezembro de 2019, atualizados a 155% do CDI desde a data do vencimento original até a data da efetiva quitação.

De acordo com a sua política e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou o saldo dos TARDs provisionando os juros com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Esses valores serão revisados e atualizados quando da aprovação do Plano de recuperação judicial mencionado na nota 1.3.

Considerando o cenário da Companhia divulgado nas notas 1.3 e 1.4, a Companhia aguarda a aprovação do seu plano de recuperação judicial para que seja dada uma solução definitiva que poderá resultar na conversão dos mesmos em instrumentos de dívidas de emissão da Companhia.

(7) TARDs CG II – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados originalmente entre a LIGHTCOM e a Renova Comercializadora, referentes aos adiantamentos recebidos, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos, conforme segue:

	TARD 001/2019	TARD 002/2019	Total
Contrato de fornecimento de energia	23/12/2013 - Lote 1	23/12/2013 - Lote 1	-
Data do recebimento	fevereiro a julho de 2018	julho de 2018 a março de 2019	
Valor recebido	R\$ 50.467	R\$ 71.545	R\$ 122.012
Cessão/Ressarcimento	R\$ 102.220	R\$ 15.063	R\$ 117.283
Data da assinatura do TARD	22/03/2019	10/10/2019	-
Atualização*	155% do CDI	155% do CDI	-
Quitação	30 de dezembro de 2019	30 de dezembro de 2019	-
Parcela(s)	única	única	-
SalDOS em 30 de junho de 2020	R\$ 204.550	R\$ 98.047	R\$ 302.597

Em 2019 foram assinados os seguintes TARDs:

- a) TARD 001/2019: considerando a suspensão do fornecimento de energia mencionada no item 4.a.ii acima, os adiantamentos recebidos pela Renova Comercializadora, no montante de R\$50.467, foram reconhecidos como dívida, que deveria ser paga em parcela única atualizada a 155% do CDI desde as datas das antecipações até a data da efetiva quitação.

Adicionalmente, em decorrência da alteração do período de fornecimento, da assunção de determinados contratos de compra e venda de energia elétrica e ainda do ressarcimento pela redução do montante de energia eólica, a Renova Comercializadora deveria pagar o montante de R\$31.120, cuja liquidação do valor seria em parcela única atualizada a 155% do CDI.

- b) TARD 002/2019: considerando a suspensão do fornecimento de energia mencionada no item 4.a.iii acima, os adiantamentos recebidos pela Renova Comercializadora, no montante de R\$71.545, foram reconhecidos como dívida, que deveria ser paga em parcela única atualizada a 155% do CDI desde as datas das antecipações até a data da efetiva quitação.

Adicionalmente, em decorrência da alteração do período de fornecimento, da assunção de determinados contratos de compra e venda de energia elétrica e ainda do ressarcimento pela redução do montante de energia eólica, a Renova Comercializadora deveria pagar o montante de R\$15.063, cuja liquidação do valor seria em parcela única atualizada a 155% do CDI.

Em 2 de setembro de 2019, a Renova assumiu as dívidas da Renova Comercializadora passando a ser devedora do TARD mencionado acima, conforme aditivo assinado entre as partes, e também prorrogaram o vencimento para 30 de dezembro de 2019.

Conforme fato relevante divulgado em 13 de outubro de 2019, a LIGHTCOM celebrou um termo de cessão por meio do qual cedeu todos os créditos detidos em face da Companhia para o acionista CGI.

Adicionalmente, a Lightcom Comercializadora de Energia S.A., subsidiária da Light Energia S.A. celebrou um Termo de Cessão por meio do qual cedeu todos os créditos detidos contra a Renova Energia para a CG I, e posteriormente para o CG II.

Considerando o cenário da Companhia divulgado nas notas 1.3 e 1.4, os valores relativos a esses TARDs estão sendo discutidos com os acionistas para que seja dada uma solução definitiva que poderá resultar na conversão dos mesmos em instrumentos de dívidas de emissão da Companhia.

Garantias às antecipações e aos TARDs

O saldo devedor das antecipações e dos TARDs mencionados acima são garantidos da seguinte forma:

- (i) alienação fiduciária de 30% das ações da Chipley de titularidade da Controladora (Nota 14.6.d);
- (ii) cessão fiduciária de 30% do fluxo dividendos e/ou de juros sobre capital próprio limitados a R\$35.000 anuais da Chipley.
- (iii) cessão fiduciária sobre 30% dos recebíveis oriundos da venda das ações da Chipley de titularidade da Controladora e alienadas na forma do item (i) acima (Nota 14.6.d);
- (iv) alienação fiduciária sobre a integralidade das ações da Bahia Holding e sobre 49,9% das ações da Ventos de São Cristóvão;
- (v) cessão fiduciária sobre as sobras do produto da execução das garantias representadas pelos itens (i) e (iv) acima.

(8) Outras operações com partes relacionadas:

Entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 a Companhia firmou contratação de empréstimos do tipo “*debtor-in-possession*” (“DIP”) junto à CEMIG, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, após a devida autorização do juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, no processo de recuperação judicial nº 110325754.2019.8.26.0100. O resumo dessas contratações está apresentado a seguir:

	DIP	DIP 2	DIP 3	Total
Data	25/11/2019	27/12/2019	27/01/2020	
Valor	10.000	6.500	20.000	36.500
Atualização	100%DI + 1,083% a.m.	100%DI + 1,5% a.m.	100%DI + 1,5% a.m.	
Vencimento	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	
Saldo em 30 de junho de 2020	10.176	6.593	20.236	37.005

Os DIPs deverão ser pagos integralmente em 31 de julho de 2020, ou dois dias úteis após a venda de ativos da Companhia ou dois dias úteis após homologação do Plano de Recuperação Judicial. São garantias dessa operação fiança e alienação fiduciária de 73% das ações da controlada SF120 Participações S.A.

Adicionalmente, em 25 de outubro de 2019 a acionista Cemig GT aportou R\$5.000 como adiantamento para futuro aumento de capital na Companhia.

Adicionalmente, em 24 março de 2020 a Companhia emitiu o Instrumento particular de escritura da 4ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, no valor de R\$51.000, subscritas pela parte relacionada Chipley (nota 14.6.e).

25.5 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$5.220 e R\$4.170, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	30/06/2020					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,00	2,67	4,67	3,00	4,00	11,67
Remuneração fixa acumulada	1.181	1.241	2.422	202	218	2.842
Salário ou pró-labore	840	796	1.636	168	182	1.986
Benefícios diretos e indiretos	106	169	275	-	-	275
Outros	235	276	511	34	36	581
Encargos decorrentes da remuneração fixa	235	276	511	34	36	581
Remuneração variável acumulada	953	767	1.720	-	-	1.720
Bônus	168	110	278	-	-	278
Provisão Programa de participação no resultado	785	657	1.442	-	-	1.442
Benefícios motivados pela cessação do cargo	546	112	658	-	-	658
Valor total da remuneração por órgão	2.680	2.120	4.800	202	218	5.220

	30/06/2019					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	3,00	1,00	4,00	2,17	4,83	11,00
Remuneração fixa acumulada	1.684	415	2.099	121	270	2.490
Salário ou pró-labore	1.176	270	1.446	101	225	1.772
Benefícios diretos e indiretos	179	50	229	-	-	229
Outros	329	95	424	20	45	489
Encargos decorrentes da remuneração fixa	329	95	424	20	45	489
Remuneração variável acumulada	1.066	225	1.291	-	-	1.291
Bônus	-	-	-	-	-	-
Provisão Programa de participação no resultado	1.066	225	1.291	-	-	1.291
Benefícios motivados pela cessação do cargo	389	-	389	-	-	389
Valor total da remuneração por órgão	3.139	640	3.779	121	270	4.170

Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	30/06/2020			
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	2,00	2,67	3,00	4,00
Valor da maior remuneração individual	1.543	1.207	86	55
Valor da menor remuneração individual	815	660	58	55
Valor médio de remuneração individual	1.340	795	67	55

	30/06/2019			
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	3,00	1,00	2,17	4,83
Valor da maior remuneração individual	1.477	320	58	57
Valor da menor remuneração individual	804	320	58	57
Valor médio de remuneração individual	1.047	320	40	38

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de julho de 2020, o montante de até R\$10.487 para a remuneração global dos administradores referente ao período de maio de 2020 a abril de 2021.

No desligamento dos membros da diretoria, além dos benefícios definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, a Companhia poderá efetuar o pagamento de bônus ou gratificação pela cessação do exercício do cargo, conforme o caso.

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.243	1.106	1.243	1.106
Aplicações financeiras	33.658	4.953	33.658	4.953
Contas a receber de clientes	4.330	3.641	4.330	3.641
Não circulante				
Aplicações financeiras	263	6.360	263	6.360
Cauções e depósitos vinculados	11.700	11.502	11.700	11.502
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	369.201	345.579	369.201	345.579
Empréstimos e financiamentos	1.581.109	1.506.999	1.581.109	1.506.999
Partes relacionadas	905.131	848.138	905.131	848.138
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	56.560	55.299	56.560	55.299
Partes relacionadas	177.426	172.684	177.426	172.684

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	88	76	88	76
Aplicações financeiras	197	5	197	5
Contas a receber de clientes	-	26	-	26
Partes relacionadas	22.141	14.352	22.141	14.352
Não circulante				
Aplicações financeiras	19.343	6.360	19.343	6.360
Partes relacionadas	101.271	66.654	101.271	66.654
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	45.662	46.165	45.662	46.165
Empréstimos e financiamentos	382.928	368.662	382.928	368.662
Não circulante				
Debêntures privadas	51.047	-	51.047	-
Partes relacionadas	452.126	439.103	452.126	439.103

b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Consolidado			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.243	-	1.106	-
Aplicações financeiras	33.658	-	4.953	-
Contas a receber de clientes	-	4.330	-	3.641
Não circulante				
Aplicações financeiras	263	-	6.360	-
Cauções e depósitos vinculados	-	11.700	-	11.502
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	369.201	-	345.579
Empréstimos e financiamentos	-	1.581.109	-	1.506.999
Partes relacionadas	-	905.131	-	848.138
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	56.560	-	55.299
Partes relacionadas	-	177.426	-	172.684

	Controladora			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	88	-	76	-
Aplicações financeiras	197	-	5	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	26
Partes relacionadas	-	22.141	-	14.352
Não circulante				
Aplicações financeiras	19.343	-	6.360	-
Partes relacionadas	-	101.271	-	66.654
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	45.662	-	46.165
Empréstimos e financiamentos	-	382.928	-	368.662
Não circulante				
Debêntures privadas	-	51.047	-	-
Partes relacionadas	-	452.126	-	439.103

c) Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Descrição	Saldo em 30/06/2020	Valor justo em 30 de junho de 2020		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	33.921	33.921	-	-
Consolidado				
Descrição	Saldo em 31/12/2019	Valor justo em 31 de dezembro de 2019		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	11.313	11.313	-	-

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 30 de junho de 2020 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No semestre findo em 30 de junho de 2020 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

d) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na nota 14, possuem como contrapartes o BNDES, Bradesco, Citibank, BTG, Itaú, ABC, Modal e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 30 de junho de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam risco de mercado associado ao CDI, TJ6 e SELIC.

e) Análise de sensibilidade (Consolidado)

A Companhia e suas controladas apresentam abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
Baixa do CDI	Aplicações financeiras:	33.921	33.921	33.921
	Taxa anual estimada do CDI para 2021	2,25%	1,69%	1,13%
	Efeito anual nas aplicações financeiras:			
	Perda	<u>(1.215)</u>	<u>(1.380)</u>	<u>(1.545)</u>
Alta do CDI	Outros empréstimos curto prazo:	1.051.674	1.051.674	1.051.674
	Partes relacionadas CEMIG:	774.960	774.960	774.960
	Partes relacionadas CGII:	302.597	302.597	302.597
	Taxa anual estimada do CDI para 2021	2,25%	2,81%	3,38%
	Perda anual nos outros empréstimos e partes relacionadas	<u>(2.931)</u>	<u>(19.418)</u>	<u>(35.905)</u>
Alta da TJ6	BNDES - Diamantina Eólica (Subcrédito "C")	520.608	520.608	520.608
	Taxa considerando os cenários para TJ6	2,07%	2,59%	3,11%
	Perda anual no financiamento com o BNDES	<u>-</u>	<u>(2.694)</u>	<u>(5.388)</u>

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 2,25%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (1,69% a.a.) e 50% (1,13% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para os outros empréstimos de curto prazo e operações com partes relacionadas que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (2,81% a.a.) e 50% (3,38% a.a.). Observa-se que o spread médio ponderado nos empréstimos de curto prazo é de 12,28% + 100% do CDI.

Para o financiamento com o BNDES vinculado à TJ6, considera um cenário provável com base na taxa efetiva de 30 de junho de 2020 de 2,07%. Os cenários II e III consideram uma alta da taxa em 25% (2,59%) e 50% (3,11%).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na nota 14.

A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Em 30 de junho de 2020 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo e apresentou prejuízo no período, possui prejuízos acumulados relevantes e protocolou pedido de recuperação judicial em 16 de outubro de 2019. A Administração detalhou seus planos na Nota 1.3 e entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

f.1. Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

	Consolidado				Total
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Instrumentos a taxa de juros					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	1.577.632	3.477	50.866	5.694	1.637.669

	Controladora				Total
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Instrumentos a taxa de juros					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	380.173	-	-	-	380.173
Debêntures privadas - principal e encargos	-	-	51.047	-	51.047
Total	380.173	-	51.047	-	431.220

g) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

	Nota	Valor contábil			
		Consolidado		Controladora	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativos financeiros					
Circulante					
Contas a receber de clientes	7	4.330	3.641	-	26

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 30 de junho de 2020 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

h) Gestão de capital

	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019 (reapresentado)
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(2.720.226)	(2.583.223)
Patrimônio líquido negativo	(1.235.947)	(1.130.428)
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	35.164	12.419
Dívida líquida + Patrimônio líquido negativo	<u>(3.921.009)</u>	<u>(3.701.232)</u>

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Conforme mencionado nas notas 1.3 e 1.4, face a atual situação financeira e patrimonial a Administração da Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial. Essa decisão teve como objetivo permitir a busca de soluções para a continuidade das operações da Companhia, utilizando-se, em última análise da proteção do processo de recuperação judicial, que por meio do plano de recuperação judicial, que deverá ser submetido para aprovação da Assembleia Geral de Credores em até 180 dias, estendido por mais 120 dias da data do deferimento do pedido de recuperação judicial, possa permitir um equacionamento de seu passivo garantindo sua continuidade operacional.

A Administração acredita que a Companhia, por meio da renegociação do passivo concursal das recuperandas, nos termos e condições previstas nos novos Planos apresentados em 6 de julho 2020, a ser negociado e aprovado, também fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

i) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo as da Espira, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. As três PCHs da controlada indireta, Espira, optaram pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio, mitigando assim suas eventuais exposições contratuais.

27. Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora	
	30/06/2020	30/06/2019
Prejuízo do exercício	(104.625)	(608.825)
<u>Prejuízo básico por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	41.720	41.720
Prejuízo básico por ação (em R\$)	<u>(2,51)</u>	<u>(14,59)</u>
<u>Prejuízo diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	41.720	41.720
Prejuízo diluído por ação (em R\$)	<u>(2,51)</u>	<u>(14,59)</u>

28. Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais. O resumo das apólices vigentes em 30 de junho de 2020 é como segue:

Risco de operação			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Riscos operacionais	R\$ 72.168	25/10/2016	25/10/2020
Responsabilidade civil	R\$ 30.000	25/10/2016	25/10/2020
Risco de administração e portfólio			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	R\$ 50.000	31/01/2018	31/01/2021
Seguro empresarial dos escritórios	R\$ 2.100	07/11/2018	07/11/2020
Seguro de riscos diversos – equipamentos	R\$ 915	07/11/2019	07/11/2020
Risco de construção			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Garantia executante construtor (LER 2014)	R\$ 5.333	17/04/2019	18/04/2022
Garantia executante construtor (LER 2013)	R\$ 21.817	15/03/2018	13/05/2021
Garantia executante construtor (LIGHT I)	R\$ 39.212	28/04/2014	31/01/2021
Garantia executante construtor (LIGHT II)	R\$ 40.560	19/09/2014	31/01/2021
Garantia executante construtor (Mercado livre II)	R\$ 20.520	07/03/2013	31/01/2021
Responsabilidade civil	R\$ 20.000	14/11/2014	01/12/2020
Risco de engenharia	R\$ 2.564.481	14/11/2014	01/12/2020

29. Transações não envolvendo caixa

Em 30 de junho de 2020, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/06/2020	30/06/2019 (reapresentado)	30/06/2020	30/06/2019 (reapresentado)
Direiro de uso - arrendamento	11	1.228	43.299	(283)	21.812
Imobilizado - capitalização da folha de pagamento	11	1.457	1.552	1.457	1.552
Depósitos judiciais x Contingências	18	(6.392)	(14.178)	(6.392)	(14.178)
Contingências x Outras contas a pagar	1.2 e 18	(43.391)	-	(43.391)	-
Aumento (redução) de capital na Bahia Holding	11.4	-	-	(45.867)	17.760
Ajuste de avaliação patrimonial	10.3.1	(894)	(10.236)	(894)	(10.236)
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	10.3.2	-	-	-	5.669
Aumento de capital em controladas com rateio de despesas	10.3.2	-	-	-	755
Efeito da conciliação imobilizado - fornecedor	11.2	-	586	-	-

30. Evento subsequente

30.1 Proposta Vinculante

Conforme Fato Relevante divulgado em 6 de agosto de 2020, a Companhia recebeu da Prisma Capital Ltda. uma proposta vinculante para aquisição da totalidade dos Projetos, Ativos e Direitos que compõem o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B.

Essa transação está sujeita a estruturação de um processo competitivo para uma unidade produtiva isolada (UPI) específica no processo de recuperação judicial em curso do Grupo Renova, bem como à negociação dos documentos definitivos e ao cumprimento de determinadas condições precedentes.

A Administração da Companhia ainda não apreciou a proposta e, alternativamente, vem estudando outras possibilidades para equacionar a sua estrutura de capital.

30.2 Oferta de Financiamento

Conforme Fato Relevante divulgado em 27 de agosto de 2020, a Companhia recebeu da Quadra Gestão de Recursos Ltda. e do sindicato constituído pela ARC Capital Ltda., da G5 Administradora de Recursos Ltda., e da XP Vista Asset Management Ltda. duas novas ofertas de financiamento na modalidade *Debtor in Possession* (DIP) para a conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A, bem como para despesas operacionais correntes do grupo Renova.

Ambas as ofertas apresentaram condições suspensivas a serem implementadas mediante autorizações de credores da Companhia e autorizações judiciais nos autos da recuperação judicial.



A Diretoria da Companhia analisará e submeterá as condições apresentadas à apreciação do Conselho de Administração da Companhia.

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor Vice-Presidente Jurídico, Regulação e de
Relações Institucionais

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Renova Energia S.A. – em recuperação judicial

São Paulo - SP

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial intermediário individual e consolidado em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das demonstrações intermediárias individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. Em decorrência dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão.

Alcance da revisão

Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. Em função dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível conduzir nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Desta forma, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1.3 e 1.4, às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Renova Energia S.A. – em recuperação judicial e suas controladas protocolaram em 16 de outubro de 2019, pedido de Recuperação Judicial (“PRJ”), tendo ele sido deferido pelo juiz responsável nessa mesma data. Até a conclusão dos nossos trabalhos de revisão das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2020, a aprovação do Plano pela Assembleia Geral de Credores (“AGC”) ainda estava pendente, em função de existir certas discussões e questionamentos em curso sobre as condições do Plano, bem como pelo fato de ainda não existir determinação formal do juiz responsável pela Recuperação Judicial quanto a data a ser agendada para realização da Assembleia Geral de Credores, o que ocorrerá em período subsequente à aprovação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. A aprovação do PRJ pelos credores é uma condição relevante para a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, bem como na avaliação da capacidade de realização de seus ativos e na mensuração e classificação de seus passivos. Portanto, não nos foi possível determinar, no estágio atual, quais seriam os efeitos, se houvessem, sobre o atual plano, e nem tampouco foi possível concluirmos se a utilização do pressuposto de continuidade operacional, base para preparação dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, do trimestre findo em 30 de junho de 2020, é apropriado, incluindo quais seriam os efeitos sobre os saldos dos ativos, passivos e nos elementos componentes das demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), caso as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, não fossem preparadas considerando esse pressuposto. Além disso, a Companhia e suas controladas têm apurado prejuízos recorrentes e em 30 de junho de 2020 apresentou prejuízo no período de R\$ 61.234 mil, patrimônio líquido negativo de R\$ 1.192.557 mil e excessos de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R\$ 2.996.340 mil na controladora e R\$ 1.308.635 mil no consolidado. Essa situação reforça a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas e deixa dúvida quanto à base de preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Em 30 de junho de 2020, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Devido a essas incertezas e seus possíveis efeitos, não é possível concluir sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas em 30 de junho de 2020.

Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre essas informações intermediárias individuais e consolidadas.

Ênfases

Investigações conduzidas pelas Polícia Civil de Minas Gerais, “Operação Descarte” e “E o Vento Levou”

Conforme mencionado na Nota Explicativa Nº 18.1 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, atualmente encontram-se em andamento investigações conduzidas por autoridades públicas sobre determinados gastos e suas destinações, conforme os fatos tornados públicos relativos à investigação conduzida pela Polícia Civil de Minas Gerais (Investigação Mineira) que depois foi expandida para abranger os fatos tornados públicos relativos a outras investigações, inclusive aqueles relacionados à Operação “Descarte” e a Operação “E o Vento Levou”.

A Administração da Companhia contratou empresa independente especializada com suporte de escritório de advocacia externo para avaliação das alegações e fatos tornados públicos relativos à essas investigações e constituiu um Comitê de Monitoramento para acompanhar estes procedimentos. Em fevereiro de 2020, a empresa independente especializada concluiu a investigação e emitiu seu relatório que foi apresentado ao Comitê de Monitoramento e ao Conselho de Administração, que não identificou provas concretas de atos de corrupção ou desvios para campanhas políticas. Todavia, foram identificadas irregularidades na condução e efetivação de contratos, incluindo pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços, pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança e falhas nos controles internos da Companhia. Para fortalecer e aprimorar sua estrutura de controles internos e evitar novas irregularidades, em março de 2020 foi criada a Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade que tem como objetivo principal fortalecer o Programa de Compliance da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme descrito na Nota Explicativa Nº 2.4 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, as divulgações e valores correspondentes às demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e em 1º de janeiro de 2019 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os efeitos de alteração da prática contábil e classificação contábil no balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2019 e em 1º de janeiro de 2019, assim como as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do trimestre findo em 30 de junho de 2019 que compreendem as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado abrangente referentes aos períodos de três e seis meses e da demonstração das mutações do patrimônio líquido do período de seis meses findo nessa data, e no aprimoramento de divulgação em notas explicativas, com o objetivo de demonstrar comparabilidade e consistência das informações contábeis da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Fomos contratados para revisar as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e considerada informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais (ITR), com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Devido a relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar que essas demonstrações do valor adicionado foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis e as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em 1º de janeiro de 2019 e ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, respectivamente, apresentados para fins de comparação, foram examinadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram, relatório de auditoria com abstenção de opinião em 16 de abril de 2020, relatório de auditoria sem ressalvas, contendo seção de "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", em 27 de março de 2019, e relatório de revisão sem ressalvas, contendo seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", em 15 de agosto de 2019. Como parte de nossos trabalhos sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do trimestre findo em 30 de junho de 2020, revisamos os ajustes descritos na Nota Explicativa Nº 2.4 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que foram efetuados para alterar as informações contábeis originalmente apresentadas. Assim, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que estes ajustes não foram adequadamente efetuados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019, em 1º de janeiro de 2019 e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas no trimestre findo 30 de junho de 2019, tomadas em conjunto. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em 1º de janeiro de 2019 e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes trimestre findo em 30 de junho de 2019. Portanto, não expressamos opinião, conclusão ou qualquer forma de asseguração sobre essas demonstrações contábeis e informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Salvador, 28 de agosto de 2020.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC 1SP 120458/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - BDO RCS Auditores Independentes SS.

São Paulo, 28 de agosto de 2020.

Marcelo José Milliet

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gustavo Henrique Simões dos Santos

Diretor Vice Presidente Jurídico, Regulação e de Relações Institucionais

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - BDO RCS Auditores Independentes SS.

São Paulo, 28 de agosto de 2020.

Marcelo José Milliet

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gustavo Henrique Simões dos Santos

Diretor Vice Presidente Jurídico, Regulação e de Relações Institucionais